

ISSN 1516-9162

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE
n. 40, jan./jun. 2011

O INFANTIL NA PSICANÁLISE

ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre

**REVISTA DA ASSOCIAÇÃO
PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE**

ISSN 1516-9162

EXPEDIENTE
Publicação Interna
n. 40, jan./jun. 2011

Título deste número:
O INFANTIL NA PSICANÁLISE

Editores:

Maria Ângela Bulhões e Sandra Djambolakdjan Torossian

Comissão Editorial:

Beatriz Kauri dos Reis, Deborah Pinho, Gláucia Escalier Braga,
Maria Ângela Bulhões, Otávio Augusto W. Nunes, Valéria Machado Riho.

Colaboradores deste número:

Maria Lúcia Stein, Maria Alice Maciel Alves, Ana Gageiro, Lúcia Mees e Silvia Fendrick

Editoração:

Jaqueline M. Nascente

Consultoria linguística:

Dino del Pino

Capa:

Clóvis Borba

Linha Editorial:

A Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre é uma publicação semestral da APPOA que tem por objetivo a inserção, circulação e debate de produções na área da psicanálise. Contém estudos teóricos, contribuições clínicas, revisões críticas, crônicas e entrevistas reunidas em edições temáticas e agrupadas em quatro seções distintas: textos, história, entrevista e variações. Além da venda avulsa, a Revista é distribuída a assinantes e membros da APPOA e em permuta e/ou doação a instituições científicas de áreas afins, assim como bibliotecas universitárias do País.

ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE

Rua Faria Santos, 258 Bairro: Petrópolis 90670-150 – Porto Alegre / RS

Fone: (51) 3333.2140 – Fax: (51) 3333.7922

E-mail: appoa@appoa.com.br - Home-page: www.appoa.com.br

R454

Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre / Associação
Psicanalítica de Porto Alegre. - Vol. 1, n. 1 (1990). - Porto Alegre: APPOA, 1990, -

Absorveu: Boletim da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

Semestral

ISSN 1516-9162

1. Psicanálise - Periódicos. I. Associação Psicanalítica de Porto Alegre

CDU 159.964.2(05)
CDD 616.891.7

Bibliotecária Responsável Luciane Alves Santini CRB 10/1837

Indexada na base de dados Index PSI – Indexador dos Periódicos Brasileiros na área de
Psicologia (<http://www.bvs-psi.org.br/>)

Versão eletrônica disponível no site www.appoa.com.br

Impressa em agosto 2012. Tiragem 500 exemplares.

O INFANTIL NA PSICANÁLISE

SUMÁRIO

■ EDITORIAL.....	07	A educação estruturante na educação infantil	99
■ TEXTOS		<i>Structuring education on preschool education</i>	
Infantil, Eu?	09	Dorisnei Jornada da Rosa	
<i>Infantile, me/!</i>		Caminhos de oficina no encontro com o outro	109
Maria Lúcia Müller Stein		<i>Ways of workshops in the encounter of the other</i>	
As intervenções do analista na análise de uma criança	18	leda Prates da Silva	
<i>The analyst's interventions in the analysis of a child</i>		Implicância ou bullying?	119
Alba Flesler		<i>Peeve or bullying?</i>	
Alienação – ato – desejo: o que sabe uma criança?	31	Lúcia Alves Mees	
<i>Alienation – act – desire: what does a child know?</i>		Do brinquedo ao trabalho: os avatares na passagem da infância à adolescência	133
Liz Nunes Ramos		<i>From play to work: the avatars in the passage from childhood to adolescence</i>	
De onde surge o brincar e o desenhar?	43	Carmen Backes	
<i>Where does play and drawing come from?</i>		■ ENTREVISTA	
Silvia Eugenia Molina		História da psicanálise infantil na Argentina: algumas contribuições	146
Notas do infantil	54	<i>The history of child psychoanalysis in Argentina: some contributions</i>	
<i>Notes of infantile</i>		Mauricio Knobel	
Heloisa Marcon		■ RECORDAR, REPETIR, ELABORAR	
Hans – Uma análise do infantil ...	63	Fantasias de espancamento e devaneios	155
<i>Hans – an analysis of the infantile</i>		<i>Beating fantasies and daydreams</i>	
Gerson Smiech Pinho		Anna Freud	
O quarto tempo do circuito pulsional	74	■ VARIACÕES	
<i>The fourth time of the drive circuit</i>		Alcova sadiana: a perversão enquanto subtração da filiação	170
Simone Madke Brenner		<i>Sadian alcove: perversion as filiation subtraction</i>	
A infância como tempo de iniciação à arte de produzir desobjetos	89	Norton Cezar Dal Follo da Rosa Jr	
<i>The childhood as the time of initiation to the art of producing nonobjects</i>		Quando o sintoma é da e na linguagem	192
Simone Moschen		<i>When the symptom is of and in language</i>	
		Luiza Milano Surreaux	

Criança, infantil e infância são termos comumente utilizados como sinônimos, mas ganham diferentes significações no campo psicanalítico. A infância enquanto momento inicial da vida inspira Freud a olhar para o infantil.

A concepção de infância, como momento privilegiado para ser *criança*, instaura-se, de certo modo, a partir do discurso filosófico iluminista e é inspiradora de diversas posições educativas direcionadas aos pequenos. Às crianças começou-se a dar um novo estatuto, visando educá-las com o objetivo de assegurar o futuro da civilização. Assim, elas seriam, a princípio, preparadas para que a sociedade ocidental, no futuro, tivesse adultos bons e produtivos.

É assim que o discurso sobre a infância passa a ressaltar a concepção de criança cuja natureza deve ser corrigida pelo adulto, ou seja, a transformação de um ser assexuado, imaturo, sem desejo, a um ser sexuado, maduro e desejante. Com isso, preconiza o ideal na vida adulta e não reconhece esses elementos já presentes nas crianças. Os diferentes saberes especializados sobre infância ganham espaço nesse novo contexto.

As formulações freudianas, ao abrirem mais um espaço para pensar a infância, produzem um novo giro discursivo em relação a esse tema. Fruto da sua época, Freud postula, inicialmente, a hipótese de estar na infância a base para a interpretação da vida psíquica do adulto. De certo modo, produz-se, aí, uma inversão. Não mais se expulsa a criança, mas se aceita a permanência do infantil na constituição psíquica de todo sujeito. Reconhece-se no infantil a articulação ao desejo.

Nas primeiras formulações psicanalíticas, *infantil* é um adjetivo referente a um momento cronológico da vida psíquica, o qual passa a acompanhar as

experiências produtoras de sofrimento em tempos posteriores. Na etiologia das neuroses buscavam-se as experiências sexuais traumáticas ocorridas durante momentos iniciais da vida. O abandono dessa teoria produz um novo olhar para o *infantil*: ao substantivá-lo, começa a ser abordado a partir da lógica do inconsciente. Fica assim estabelecida uma relação intrínseca entre o infantil e a pulsão.

Coube a Lacan retomar o texto freudiano a partir de diversas formulações sobre o desejo e o gozo, introduzindo a condição faltante, constitutiva do sujeito, e ressaltando a imbricação entre o sujeito do inconsciente e o infantil. O infantil está, assim, no cerne da psicanálise, instalando-se muito além da cronologia dos primeiros momentos da vida.

Por seu turno, a psicanálise, por meio de suas intervenções com a infância, colocou-se em movimento possibilitando o trabalho com o infantil no tempo de sua constituição. A existência do infantil no psiquismo – que não se restringe nem se dissolve com a infância –, tem o pressuposto que na própria infância reside sua sustentação. Então, temos que o infantil é o trabalho psíquico necessário para transpor a posição de objeto de gozo do Outro, almejando a posição de sujeito desejante.

O percurso de constituição do infantil na infância, pelas ações lúdicas das crianças e através das relações endereçadas aos pais, professores, e instituições – figuras do Outro – são algumas das discussões aqui apresentadas, através de diversos temas, como o brincar, o desenhar, a escola, a arte, a sexualidade, os objetos e os desobjetos. Ainda na trilha da movimentação dos conceitos, a sincronia e a diacronia entre a produção desejante e os tempos de constituição do sujeito nos registros do real, do simbólico e do imaginário, são colocados na pauta em diversos contextos clínicos.

Convidamos os leitores a circularem por essas letras, possibilitando a dança do infantil que nos constitui, sem esquecer que brincar, desenhar, rasgar, colar e manchar os textos são atitudes desejáveis para o alargamento das fronteiras do nosso trabalho.

TEXTOS

INFANTIL, EU?¹

Maria Lúcia Müller Stein²

Resumo: O texto pretende estabelecer os contornos psicanalíticos da noção de infantil, a importância desse conceito no desenvolvimento teórico da psicanálise, bem como sua relevância para a prática clínica.

Palavras-chave: infantil, teoria, clínica psicanalítica.

INFANTILE, ME/I?

Abstract: This text intends to establish the psychoanalytic outlines of the concept of infantile, its importance in the theoretical development of psychoanalysis, as well as its relevance to clinical practice.

Keywords: infantile, theory, psychoanalytic clinic.

¹ Trabalho apresentado na Jornada de Abertura da APPOA: *O infantil na psicanálise*, realizada em Porto Alegre, abril de 2011.

² Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA); Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. E-mail: mlpm@terra.com.br

*Qual é esta certeza sem alguém, se não esta
solidão absoluta da infância, a acidez de
seu verde paraíso a partir da qual o adulto
crerá definir-se negando-a? E até o fim a
criança permanecerá verde, obstinando-se
em reclamar seu paraíso.*
Gérard Pommier

Tentar circunscrever o tema do “infantil” em psicanálise é tarefa árdua, pois implica falar de origens, o que sempre soa pretensioso, fantasioso, um tanto “mítico”. Levando isso em consideração, este texto foi elaborado tentando estabelecer os contornos psicanalíticos da noção de infantil, norteado por uma série de indagações que auxiliaram a tecer o estudo.

Afinal, o que é o infantil? De que forma o infantil se apresenta na clínica? Ele é tema da psicanálise de crianças? Da clínica com adultos? Como trabalhamos o infantil na clínica? Com quantos “infantis” se faz uma análise? Precisamos “curar”-nos do infantil? Quais os destinos para o infantil? Quem tem medo do infantil?

Primeiramente talvez seja interessante esclarecer que, apesar de o tema do infantil tangenciar a infância e a psicanálise de crianças, ele certamente não se limita a elas. O infantil concerne a todos psicanalistas e a todos psicanalistas.

Apesar de o acento deste trabalho não recair sobre a infância em si, e, sim, sobre o que em psicanálise entendemos por infantil, valem algumas palavras sobre a noção de infância. E, para andar por esse terreno, não há como deixar de mencionar os estudos sociológicos e históricos do autor Philippe Ariés (1981) em *História social da criança e da família*. Tais estudos nos mostram, de maneira belíssima, que a noção de infância, como etapa no desenvolvimento, período da vida de um ser humano, com suas características, especificidades, qualidades, etc., é uma construção histórica e culturalmente determinada.

Em seu livro, Ariés (ibid), demonstra como a infância – enquanto idade da vida – é caracterizada por conter uma série de antecipações da vida adulta. Mas, com medidas de proteção da confrontação direta com o ato e suas consequências –, ou seja, a infância, tal como a concebemos hoje, é uma construção social, produto dos deslocamentos operados pela cultura, que foi significando e delimitando esse lugar, com o intuito de amparar a infância. E isso, através dos séculos. Óbvio lembrar que essas mudanças e deslocamentos seguem acontecendo, uma vez que a humanidade continua inscrevendo seu desejo e inventando sua história.

À parte uma infância que se constitui num tempo histórico e social, gostaria de pensar o infantil, dar-lhe bordas que permitiriam diferenciá-lo da infância, tomando-o como uma experiência “extratempo”. Destaco “extratempo”, pois voltaremos a isso mais adiante.

Chamemos inicialmente, para compor o diálogo conosco, um escrito de Birman (1997), dedicado a pensar as noções de infantil e do originário em psicanálise. Nesse texto, o autor aponta que desde a inauguração do discurso freudiano a referência à infância se impôs e se difundiu, tanto no campo do saber erudito quanto no imaginário social, como um signo inconfundível da psicanálise. A partir do advento da psicanálise, a infância tornou-se o período de vida no qual os homens deveriam buscar os fundamentos para a interpretação dos males do espírito, de seus sofrimentos, de seus sintomas. Na infância, enquanto tal, encontraríamos os fatos que justificariam e lançariam luz sobre a etiologia do sofrimento psíquico presente na vida adulta.

De fato, se acompanharmos os textos dos primórdios da psicanálise, encontraremos hipóteses e elaborações teóricas sobre a natureza sexual de um acontecimento patológico ocorrido na infância. Acontecimento sexual ao qual o pequeno ser humano seria exposto, e que, em função de sua imaturidade psíquica e física, não conseguiria compreender ou mesmo assimilar, pelo impacto excessivo da experiência. É na medida de sua impossibilidade de simbolizar o acontecimento sexual que este assumiria o caráter de evento traumático, determinante para o adoecimento e padecimento neurótico na fase adulta.

Seguindo a história da “infância da psicanálise”, acompanhando a produção científica de Freud, seus artigos, bem como sua correspondência com Fliess, nos deparamos com as transformações sofridas nessa lógica a partir da clínica psicanalítica. E, nesse contexto, encontramos paulatinamente o deslocamento da palavra “infância” para o adjetivo “infantil”, e, posteriormente, outro deslocamento, de *infantil* como adjetivo para *o infantil* como substantivo.

Birman (1997) escreve:

[...]além disso, é preciso considerar que se o significante infantil se introduziu pela ordem adjetiva, logo em seguida transformou-se num substantivo. Nestas diversas transmutações, significantes e gramaticais, algo de fundamental se processou na leitura do sujeito e de seu sofrimento psíquico. Pode-se dizer, sem qualquer exagero, que foi neste deslocamento entre as palavras infância e infantil, assim como nesta dança e nesta transmutação de gêneros gramaticais, que se pode circunscrever a invenção da psicanálise como tal (p.9).

Tal afirmação contundente ganha relevo quando lembramos que esse mesmo deslocamento gramatical, a saber, de adjetivo para substantivo, também ocorreu com o conceito de inconsciente. Esse processo homólogo permitiu a Freud construir um modelo para o aparelho psíquico, conceber seu funcionamento, e, a partir disso, inventar a psicanálise, seu corpo teórico, sua técnica, sua clínica e mesmo produzir reflexões sobre os sintomas sociais. Ou seja, aquilo que convoca e sustenta nossa prática e nossa produção no campo da psicanálise e de sua articulação com o campo do Outro.

E, vejam, que incrível: em 1909, encontramos uma referência explícita de Freud ao infantil articulada com o inconsciente. Trata-se do seu artigo *Notas sobre um caso de neurose obsessiva* ([1909]1976), ou, como melhor o conhecemos, “O Homem dos Ratos”. É no momento em que Freud faz um esclarecimento ao seu paciente:

Observei que, aqui, ele havia atingido uma das principais características do inconsciente, ou seja, a relação deste com o infantil. *O inconsciente, expliquei, era o infantil* (grifo do autor); era aquela parte do eu que ficara apartada dele na infância, que não participara dos estádios posteriores do seu desenvolvimento e que, em consequência, se tornara recalcada. Os derivados desse inconsciente recalcado eram os responsáveis pelos pensamentos involuntários que constituíram sua doença (p.181).

Leda Bernardino (2004), tomando essa mesma passagem de Freud, afirma que o conceito de infantil na obra freudiana refere-se a esse tempo entre o recalque originário e o recalque propriamente dito do Édipo. Esse tempo vai desde a inscrição dos significantes primordiais, a constituição do fantasma fundamental e do encontro com um mito – o de Édipo, constituindo o inconsciente como sede do sujeito. Assim, o conceito de infantil recobre o que seria neurose infantil, para Freud, e o que Lacan define como a estrutura psíquica.

É nesse duplo movimento, operado pelo Outro, encarnado pelos pais, inscrevendo significantes e marcando o pequeno ser com seu desejo, que a criança lê esse desejo e constrói seu lugar singular, que podemos articular a noção de infantil.

Pommier (1999) nos diz que a questão do infantil ultrapassa a infância. Para a própria criança, já há infantil: essas teorias que ela inventa e que continuará a repetir durante toda a sua vida. O infantil se distingue da criança sobre a qual ela elucubra. A criança representa para seus pais, como também para ela mesma, uma aposta narcísica, e é no seu fracasso que ela inventa a “teoria infantil” (ibid, p.28) que impede a identificação entre o infantil e a criança.

A noção do infantil engendra-se com o reconhecimento da sexualidade infantil, com a proposta e a posterior reformulação da teoria do trauma da sedução (a diferença entre as lembranças reais e as fantasias inconscientes³), bem como com a formulação das teorias sexuais infantis e a constituição do complexo de Édipo. Enfim, como vemos, é um conceito que permeia toda a formulação do corpo teórico da psicanálise e pode ser tomado como um fio que nos conduz a pensar na emergência do sujeito do inconsciente, na questão da fantasia, na compulsão à repetição, no sintoma...

Assim, à medida que avançamos no estudo do infantil, percebemos que se trata de um conceito com contornos irregulares e essa imagem nos remete às várias versões do infantil na teoria psicanalítica⁴. Não temos intenção fazer esse percurso teórico aqui, mas gostaríamos de pontuar uma data: 1920. É nesse ano, com a nova formulação do aparelho psíquico – proposta por Freud –, que a noção de infantil passa a ser articulada à angústia do real. Isto é, pela angústia pensada em sua radicalidade como afeto não inscrito no registro da representação. O infantil como trauma revelaria a posição de desamparo do sujeito frente ao que existe de imposição no impacto da força pulsional, que lança aquele no campo da angústia do real (Birman, 1997).

Neste ponto, trago um pequeno fragmento clínico que, para mim, alude com muita clareza a essa dimensão estrutural do infantil na clínica com crianças. Cena comum em nossos consultórios: um garoto chega trazido por seus pais, com a queixa de que é muito tímido e retraído com os coleguinhas da escola, necessitando constantemente a presença dos pais. Era um menino muito falante e propunha brincadeiras muito elaboradas, tudo transcorria muito bem desde que não houvesse nenhuma sombra de competição ou disputa no horizonte. Quando isso se apresentava, fosse em um jogo ou em uma luta entre os personagens, caso ele perdesse, ou começasse a perder, era invadido por um sofrimento atroz. Seu choro era de dor e de intensidade impressionantes, sendo

³ De acordo com Alfredo Jerusalinsky (1996): “O trauma muda de posição da primeira para a segunda teoria, onde o fundamental na sua elaboração não consiste em tratar dos restos reais, mas do resíduo significante que Freud denomina fantasia inconsciente” (p.187).

⁴ “Assim, nos primórdios da investigação psicanalítica até os anos de 1915 e 1920, o infantil se identificava com o registro da sexualidade, isto é, com o campo do desejo e com o que era regulado pelo princípio do prazer. Após os anos 1920, em contrapartida, o infantil passa a ser circunscrito como o que não pode ser erotizado e como o que é regulado por um além do princípio do prazer. Vale dizer, o infantil passa a ser identificado com o real da angústia e com trauma, com aquilo capaz de lançar o sujeito no desamparo e de promover seu esfacelamento” (Birman, 1997, p.24).

muito difícil conseguir retomar a brincadeira após um episódio assim. Como um bebê, tinha que ser contido nos braços para se acalmar, pois a palavra não o alcançava.

Esse atendimento, para mim, foi exemplar do sofrimento de uma criança que, através de sintomas, demonstra sua dificuldade em fundar o jogo de ausência-presença do objeto. O gozo da presença sem cortes do objeto o lança no mais profundo desespero, na mais absoluta angústia – como diz Lacan, no seminário de 1963: a angústia é a falta da falta. Segundo Lacan ([1962-1963] 2005): “A angústia não é o sinal de uma falta, mas de algo que é preciso que se chegue a conceber neste nível redobrado por ser o defeito deste apoio da falta” (lição de 05/12/1962, p. 61).

A angústia é forjada quando alguma coisa vem ocupar o lugar do objeto do desejo, capturando o objeto no circuito da pulsão, impedindo sua reinscrição. Nosso pequeno não consegue suportar a suspensão necessária do tempo da ausência, o intervalo, para que o objeto se torne causa do desejo.

Alba Flessler (2008) nos diz que um sujeito se efetua em tempos, e que, para tanto, é necessário também considerar os tempos de engendramento do objeto:

De fato, a busca de objeto, a busca orienta para o corpo do *partenaire* requer uma profunda metamorfose, implica tempos de passagem e de redistribuição de gozo. Se o primeiro objeto está localizado no corpo da mãe, passar ao objeto situado no próprio corpo do autoerotismo e em seguida à orientação da busca em outro corpo revela tempos de engendramento do objeto de desejo, de amor e de gozo. *E continua*: Sem o trânsito por um desses tempos de engendramento e localização do objeto, o desejo nunca chega a se orientar em um tempo posterior (p.189).

No caso referido, à medida que a análise avançava, paulatinamente, o menino conseguia suportar cada vez mais a ausência dos pais e sua timidez cedia. Eis que um dia, no meio de uma brincadeira qualquer, dou-lhe as costas e qual não foi minha surpresa quando sinto que ele – em bom e claro português – passou a mão na minha bunda. Prontamente, o olhei e sabia que não havia nada de “acidental” naquele toque, apesar de ele estar tão surpreso quanto eu. Aliás, justamente, o que traz significância para esse episódio é a surpresa, reveladora do inconsciente que aí se desvela, que nesse momento se produz para logo se perder.

“Vocês concordariam comigo que o *um* que é introduzido pela experiência do inconsciente é o do *um* da fenda, do traço, da ruptura” (p. 30), nos diz Lacan

([1964] 1985), no seu seminário de 1964. Todos nós, que passamos pela experiência de análise, sabemos o que é sentir essa ultrapassagem, esse instante efêmero de encontro e perda, que é justamente a experiência do inconsciente. Nessa mesma lição, Lacan utiliza um termo muito interessante para falar desse encontro com o inconsciente: *reachado*. Vou citá-lo: “Ora, esse achado, uma vez que ele se apresenta, é um reachado, e mais ainda, sempre está prestes a escapar de novo, instaurando a dimensão da perda” (idem, p. 30).

Reachado. Soa horrível, provavelmente uma palavra que não existe em bom português, talvez nem seja essa a tradução apropriada do francês, mas achei-a particularmente interessante, pois traz em si mesma a noção de perda e corte. Se racha, faz fenda, e na fenda se “reacha” algo que tenha se perdido. E que se perderá de novo.

Mas, voltemos ao nosso pequeno analisante. Afinal o que havia se processado para que eu estranhasse aquele toque de um menino que, há pouco tempo, buscava meu colo para chorar como um bebê? Sem dúvida, um novo elemento entrava em cena: o falo. Assim, se revelava o sexual, sempre traumático, mas que, mediado pelo jogo simbólico, lançava o menino em outra condição frente à ausência. Condição necessária de uma perda que pode se inscrever como falta, como falo enquanto representante dessa falta, que nunca cessa de se reinscrever através do eterno “pulsar do circuito”, mantendo em aberto os caminhos do objeto do desejo.

O caso teria muitos aspectos a serem abordados, desde a intervenção com os pais, com a escola, a transferência, mas o que gostaria de salientar neste momento é o aspecto estrutural do infantil que se apresenta em construção na clínica com crianças. Poderíamos pensar que essa análise pôde introduzir o jogo do objeto, alternância entre presença/ausência, gozo/desejo, pôr em marcha a passagem para um outro tempo, o tempo do Édipo, tempo do recalque. Mesmo que isso só se confirme *a posteriori*, essa análise conduziu à possibilidade, destaco *a possibilidade*, de constituição de uma neurose infantil do adulto que o garoto virá a ser, na medida em que instaura o infantil num “extratempo”. Trata-se aí da causa de toda temporalização possível, de toda procura possível – em seus rachas e reachados.

Então, como já dissemos, essa dimensão estrutural do infantil se refere à insuficiência fundamental do ser humano, ao desamparo comum a todos nós, e que coloca a necessidade de nos inscrevermos numa ordem simbólica, o que só poderá ser feito mediado pela construção de uma fantasia.

Assim, o trauma e a sedução, entendidos aqui em sua dimensão de desamparo, se referem àquilo que se inscreve num registro temporal particular, fora da dialética da temporalidade histórica. O trauma se apresenta como

“acontecimento”, eterno presente evidenciado pela compulsão à repetição, que pode ganhar elaboração somente quando historicizado nesta outra temporalidade denominada por Freud de *nachträglichkeit*. Ou seja, o trauma impõe ao sujeito a tarefa de se historicizar, de construir uma versão possível para si mesmo. É, ao mesmo tempo, causa e consequência, historicizante e historicizada.

Sempre que falamos em o trauma, o infantil, o inconsciente, ficamos com a sensação de uma substancialidade, de uma consistência como se na busca de sua origem pudéssemos apreendê-los e chegarmos a sua essência.

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2005), ao refletir sobre a discussão da origem da linguagem, aproxima-se da posição da psicanálise e talvez nos traga elementos interessantes para pensar sobre essa dimensão atemporal do trauma. Agamben propõe que devemos abandonar a noção de origem como algo inscrito em uma cronologia, com uma causa inicial que separa no tempo um antes de si e um depois de si. Sempre que estiver em causa um objeto que pressuponha o humano, essa noção de origem não pode ser utilizada, uma vez que o próprio objeto é constitutivo do humano. Ele escreve: “A origem de um tal ‘ente’ não pode ser *historicizada*, porque é ela mesma *historicizante*, é ela mesma a fundar a possibilidade de que exista algo como uma *história*” (p. 61).

É nesse sentido que podemos pensar o infantil: como um solo fundante, arcaico e originário, produtor da fratura necessária, que impulsiona o sujeito a inventar uma ficção para si mesmo, uma história que se faz no próprio movimento de narrar-se, “conta-se” sujeito. “Uma liga de pulsional e estrutural ‘flexível’, que faz com que a gente seja o que é e não um outro” (Guignard, 1997, p. 17).

Para finalizar, gostaria de dizer algumas palavras sobre a intrínseca relação entre fantasia e tempo evidenciada por Freud ([1908]1976) em seu texto *Escritores criativos e devaneios*. Nesse belo texto, Freud desenvolve a ideia de que a fantasia representa no adulto a continuidade da atividade do brincar infantil, mesmo que salvaguardadas suas diferenças. Mas o que nos interessa aqui é sua proposição de que a fantasia flutua entre os três momentos abrangidos por nossa ideiação. Nas palavras de Freud (ibid, p.153): “O desejo utiliza uma ocasião do presente para construir, segundo moldes do passado, um quadro do futuro”. Ou seja, uma impressão atual desperta algum dos desejos principais do sujeito, retrocede a uma experiência anterior, criando uma situação no futuro que representa a realização do desejo. Freud(ibid, p.153) constrói uma metáfora poética: “Dessa forma, o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une”.

A fantasia produz esse efeito de abolir de certa forma o tempo da diacronia, revelando a nós mesmos essa outra dimensão do tempo, a atemporalidade dos processos inconscientes. A fantasia é portadora do infantil.

Assim, sendo seja na condução de análises com adultos ou crianças, é sempre o infantil que faz questão⁵. Infantil de contornos irregulares, inapreensível e irreduzível, marca impressa de nosso eterno desamparo, e *last but not least*, possibilidade fundante de que infantil e infinitamente – pelo menos num infinito enquanto duremos – possamos brincar de construir uma origem.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência. In: _____. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família* Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.
- BERNARDINO, Leda Maria Fischer. *As psicoses não decididas da infância: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- BIRMAN, Joel. Além daquele beijo!? Sobre o infantil e o originário em psicanálise. In: _____. *Da análise da infância ao infantil na análise*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1997.
- FLESLER, Alba. Os tempos do sujeito. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 35, p.178-192, jul./dez. 2008.
- FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneio (1908[1907]). In: _____. *Obras completas*. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1976. p.147-158.
- _____. Notas sobre um caso de neurose obsessiva (1909). In: _____. *Obras completas*. Vol. X. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1976. p. 157-317.
- GUINARD, Florence. *O infantil ao vivo: reflexões sobre a situação analítica*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.
- LACAN, Jacques. *A angústia*. Seminário 1962-1963. Publicação para circulação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife. s/d.
- LACAN, Jacques. *O seminário*, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise [1964]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- POMMIER, Gérard. O conceito psicanalítico de infância. In: *Trata-se uma criança/ Congresso internacional de psicanálise e suas conexões*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 1999.

Recebido em 17/09/2011

Aceito em 20/10/2011

Revisado por Otávio Augusto Winck Nunes

⁵ Fundamental referir aqui o texto de Ferenczi, *Análise de crianças com adultos* (1931): “[...] não devemos nos dar por satisfeitos com nenhuma análise que não tenha levado à reprodução real dos processos traumáticos do recalçamento original, sobre o qual repousa, afinal, a formação do caráter e dos sintomas” (p.337).

TEXTOS

AS INTERVENÇÕES DO ANALISTA NA ANÁLISE DE UMA CRIANÇA¹

Alba Flesler²

Resumo: O presente artigo discute a dimensão do ato psicanalítico a partir dos três registros propostos por Lacan: real, simbólico e imaginário, especificamente no trabalho com crianças.

Palavras-chave: ato psicanalítico, análise de crianças, infantil.

THE ANALYST'S INTERVENTIONS IN THE ANALYSIS OF A CHILD

Abstract: This article discusses the dimension of the psychoanalytic act from the three registers proposed by Lacan: real, symbolic and imaginary, specifically in the work with children.

Keywords: psychoanalytic act, children's analysis, infantile.

¹ Conferência apresentada nas Jornadas Clínicas da APPOA *Dizer e fazer em análise*, em Porto Alegre novembro de 2010.

² Psicanalista; Membro da Escuela Freudiana de Buenos Aires (Argentina); Supervisora da *Après-coup Psychoanalytic Association of the New York (USA)*.

É autora de *El niño en análisis y el lugar de los padres* (Editora Paidós, 2008); e *El niño en análisis y las intervenciones del analista* (Editorial Paidós, 2011); Coautora dos livros *Los discursos y la cura* e *De poetas, niños y criminales: a proposito de Jean Genet*. E-mail: albflesler@sion.com

Um primeiro convite é sempre uma aposta. O segundo é sinal de valentia, renovada pela posição desde a qual uma analista de crianças é convidada a trabalhar. Por que digo que é uma valentia? Porque falar de crianças ou falar da criança em psicanálise implica trazer problemas reais, já que a criança, desde o início da psicanálise trouxe problemas aos psicanalistas. Entendo, pois, a valentia como uma renovação do desejo, que não retrocede ante o real.

A que me refiro?

A criança implica um problema, e prefiro pensá-lo em termos matemáticos, como um problema real. Para a matemática, um problema é um problema real quando abre a possibilidade de solução. À diferença de um problema imaginário, o problema real implica uma solução possível. Claro que, para poder alcançar essa solução possível, é preciso delimitar qual o impossível em questão.

De que real se trata, quando falamos de crianças? O que primeiro se apresentou como problema aos psicanalistas era a criança que chegava ao consultório, pois não vinha o paciente para o qual havia sido criada a psicanálise. Não vinha por si mesma: era trazida; não falava sua problemática – queria brincar, no melhor dos casos; e, sobretudo, eis aí o que Freud expôs, não apresentava a neurose de transferência para ser abordada do mesmo modo com que se abordava um adulto. Então, não se apresentava desse modo inicial, que Isidoro Vegh³ indicava hoje pela manhã, como quem chega com a conformação fantasmática configurada. A criança vem com os pais, traz ou pede objetos, pequenos objetos, brinquedos, e nos apresenta uma problemática maior, já assinalada por Freud, quando disse que a transferência é compartilhada com os pais. Flor de problema, então, o que a criança apresentou com esse real.

Cada vez que, em nossa prática, encontramos algo não subsumível ao saber teórico, estamos ante um real. O que fazemos e o que fizeram os analistas com esse real? Uma das vias conhecidas foi a de tentar subsumir esse real ao simbólico conhecido e propor que a criança seja analisável do mesmo modo que um adulto. A conhecida técnica kleiniana do brincar equipara a brincadeira aos sonhos e a interpreta no mesmo sentido; é a intervenção da interpretação do deciframento da brincadeira. Outras propostas disseram não: não se trata de assimilar esse real ao teórico conhecido, trata-se então de um real não abordável

³ Referência à conferência apresentada por Isidoro Vegh, nas mesmas Jornadas Clínicas da APPOA, que está publicada na Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, n.º 39: *tempo – ato – memória*.

pela psicanálise; portanto, as crianças não são analisáveis. É a linha que segue predominantemente a proposta de Anna Freud. É preciso realizar previamente intervenções na linha pedagógica, porque a criança não pode ser analisada.

Em meu entender, tanto uma posição quanto outra deixam o problema intacto: é que fazem as intervenções do analista oscilar entre a onipotência – todo sujeito é analisável do mesmo modo teorizado por Freud – e a impotência – não é analisável por não coincidir com a soma das características ideais teorizadas por Freud para o trabalho psicanalítico – da abordagem. Estamos, então, ante a onipotência ou a impotência do ato analítico. Como fazemos para eludir essa dificuldade? Como sabemos, existem variadas formas de analisar uma criança.

Alguns analistas trabalham exclusivamente com os pais e consideram que tudo o que ocorre com a criança é determinado por eles. Recebem-os, analisam-os, mandam-os à análise – mesmo que eles nunca cheguem a fazê-lo. Outros trabalham exclusivamente com a criança: dão-lhe brinquedos, brincam com a criança, pois consideram que se trata de que o analista intervenha somente quando ela brinca.

Levantam-se outras vozes dizendo que não é assim, que o analista não deve brincar com a criança. Brincar é um gozo e deve ser suspenso. Em todo caso, precisa-se exclusivamente observar a brincadeira da criança e depois interpretá-la.

Assinalo essas variantes porque podemos reconhecer nelas extremos. Há analistas que não oferecem brinquedos às crianças, porque propõem que devem ser sujeitos da palavra e as obrigam a associar “livremente”. Digo que as obrigam porque entendo que há um forçamento.

Diria que estamos, mais que ante um leque de questões, ante uma salada.

Como situar-nos ante tão diversas perspectivas? E como fazê-lo – perguntava-me – sem agregar mais uma perspectiva? Porque poderia somar-se minha própria perspectiva à série já apresentada. Creio que propor intervenções do analista, e fazê-lo no plural, pode orientar-nos a uma saída lógica. Mas, para alcançá-la, temos de nos perguntar que lógica é essa, que plural estamos enunciando, quando dizemos *intervenções*. Trata-se, por exemplo, de uma lógica serial? Não creio. Vejamos suas consequências.

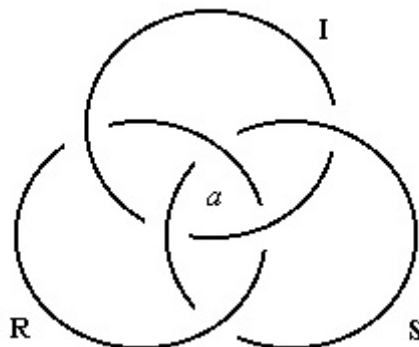
A lógica da série, como vocês bem sabem, é a que poderia fazer-se infinita, agregando sempre uma perspectiva nova ou chegando à conclusão de que há tantas intervenções quanto analistas. Proponho, então, que façamos uma formalização lógica das intervenções do analista, para poder responder a uma pergunta que Lacan nos propõe desde o início de sua obra. É simples, mas complexa, tanto quanto esta pergunta: o que fazemos quando analisamos? Como

podem apreciar, estamos em cheio no tema desta Jornada sobre o ato analítico: fazer, dizer, que lógica? Para poder avançar naquela resposta, que tento aproximar a essa pergunta, apresentarei um breve percurso para situar os elementos dessa lógica.

Vou começar indicando que a criança não é o objeto da psicanálise. Toda disciplina parte de delimitar seu objeto, e creio que seria um erro colocar que o objeto da psicanálise é a criança. Isso levou às especialidades em psicanálise, por exemplo, a crer que há especialistas em crianças. Não acredito na especialidade, o que não quer dizer que não haja especificidades do ato analítico quando atendemos à criança. Parece um paradoxo, vou tratar de esclarecer que não é.

O objeto da psicanálise, então, não é a criança, mas o sujeito; por isso, proponho que *o analista atenda à criança, mas aponte ao sujeito*. O sujeito, que Lacan tentou definir ao longo de todo seu ensino, é um sujeito que não é só o sujeito do significante – mesmo que, em um primeiro tempo, tenha precisado acentuar a vertente simbólica do sujeito, porque estava em polêmica com os pós-freudianos. Naquele momento, acentuou que o sujeito é o que um significante representa para outro significante, mas, à medida que foi avançando em seu ensino, o imaginário, que havia ficado tão desprestigiado no primeiro tempo do ensino, adquiriu novo valor, quando Lacan pensa o sujeito da estrutura como RSI. Ou seja, a estrutura do sujeito não é só simbólica: é o real, o simbólico e o imaginário. E, como se isso fosse pouco, para Lacan, não apenas se trata dos três termos, mas de um modo de relação entre eles, amarrados borromeamente.

Quero que tenhamos presente o nó, mais uma vez. É muito importante, para mim, tê-lo presente, quando vamos trabalhar as intervenções do analista. Retomo-o brevemente:



Trata-se de três aros amarrados de tal forma que nenhum interpenetra o outro, e que se amarram passando por cima do que está acima, e por baixo do que está abaixo. Essas são as leis de amarração do nó, colocando no entrecruzamento dos três o objeto *a*. Como podem verificar o objeto *a* está bordado pelos três. Outra questão a assinalar é que o ganho do nó é clínico: se o nó não pode ser tomado só por um de seus registros, isso implica que não podemos intervir considerando só o sujeito do simbólico, só o sujeito do imaginário, ou só o do real. Quando estamos considerando só um dos três registros, estamos desatendendo ao fato de que a estrutura do sujeito é RSI.

Uma vez colocado o nó, quero avançar, dando mais um passo. É que esse sujeito da estrutura, pensado por Lacan, me serviu para me perguntar pelos tempos de estruturação da estrutura. E levou-me a pensar que o sujeito, *mais que idade, tem tempos*: tempos do simbólico, tempos do imaginário e tempos do real, e eles são perfeita e finamente delimitáveis. Vamos avançar sobre isso, a propósito das consequências para a prática da análise com as crianças. Voltarei sobre o tema dos tempos depois, mas passemos agora a outra questão importante, para desdobrar aquilo que quero compartilhar...

Se a criança não é o objeto da psicanálise, o que quero dizer então com que o analista atende à criança? O que quer dizer atender à criança? Que significa ser uma criança?

Criança é sempre um lugar no Outro, assim Freud ([1917] 1976) a situa, mostrando-nos ao menos três vertentes desse lugar no Outro: seja objeto de desejo equivalente ao falo – tal como situa nas equivalências simbólicas pênis=bebê; objeto de desejo do Outro; ou também objeto de amor do Outro e funcionar como objeto relativo ao narcisismo dos pais, *His majesty the baby*, expõe Freud ([1914] 1976) em *À guisa de introdução ao narcisismo*. E, mais ainda, a criança pode ser objeto no fantasma do adulto, tal como é referido no texto de Freud ([1919] 1976) *Uma criança é espancada*. A criança é, pois, um lugar no Outro.

Merece ser assinalado que esse objeto que a criança é para o Outro já implica uma operação, pois isso não está dado: nem sempre um vivente chega a ter o lugar de criança no Outro. Dizemos, às vezes de um modo rápido e sem medir as ressonâncias disso, que a criança é objeto do Outro. Mas há viventes que jamais chegam a ocupar um lugar de objeto no Outro, e a prova é de que são descartados e jogados no lixo, tomados só como um pedaço de carne, como um incômodo; nesses casos, não chegam a ser uma criança. Mais ainda, nem sempre uma criança chega a ser um filho.

Assinalo isso, pois nem sempre é evidente. Reparem até que ponto é importante para o analista atender à criança. Pois atender a ela é atender à

criança do Outro. Situar o que é uma criança para ele. Quando nos propomos a atender a uma criança, nos ocupamos de localizar se foi realizada ou não essa operação de alojamento, se foram cursados seus tempos, tempos da estrutura, que vão se situando e delimitando no Outro. Por sua vez, se dizemos que a criança é um lugar no Outro, agregaremos que o sujeito é uma resposta. Esclareço a que me refiro.

Lacan diz: o sujeito *responde ao Outro*, mas também, com um texto breve e condensado, nos aproxima distinções temporais que tratei de sublinhar. Lacan ([1969] 2003) afirma que nem sempre responde; pode não responder, por exemplo, em *Duas notas sobre a criança*, esse texto clássico de Lacan à Madame Aubry, em que Lacan faz, segundo minha leitura, uma distinção. Há o sintoma da criança que está em posição de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar; *Le symptôme de l'enfant se trouve en place de répondre à ce qu'il y a de symptomatique dans la structure familiale*⁴. Nesse caso, o sintoma já é uma resposta. Mas nem sempre há resposta, esclarece Lacan: em outras ocasiões, a criança realiza a presença do objeto no fantasma materno. Proponho, então, fazer uma distinção entre *responder* e *realizar*, entre resposta do sujeito e realização do objeto. Se o sujeito responde e, portanto, há uma resposta, estamos já ante uma lógica.

Que lógica implica a resposta do sujeito? Implica uma lógica de não-identidade.

Pois cada vez que há resposta, põe-se em jogo uma diferença entre o lugar da criança como objeto do Outro e a resposta do sujeito. Com minhas palavras, direi então que o sujeito responde à criança do Outro, à criança que o Outro lhe demanda ser.

Quando responde sim, se aliena, ganha essa enorme operação constituinte chamada "alienação". Quando responde não, também dá um passo, essa vez no sentido de uma "separação", operação necessária para a constituição do sujeito. A distinção entre resposta e realização é essencial para o analista, pois delata um tempo constitutivo do sujeito ou bem uma falha em sua operação.

Quando recebemos os pais, atendemos à criança do Outro, e quando recebemos a criança, fazêmo-lo para localizar a resposta do sujeito, caso haja. Porque a resposta é necessária para que se constitua o sujeito, mas também é

⁴ [...] o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar (Lacan, ([1969]2003), p.369).

contingente. Pode realizar o objeto ou pode responder. E do que depende que haja resposta do sujeito em vez de realização? Depende de que o Outro doe um intervalo. Refiro-me à doação do intervalo entre a criança esperada e o sujeito encontrado; esse intervalo há de ser doado pelo Outro. Se o faz, começa então a recriar-se a falta. Gosto de dizê-lo nestes termos: se a falta se recria, então “haverá jogo”, como em mecânica. Diz-se assim de uma lei da mecânica: quando duas peças não encaixam exatamente, há jogo, ou seja, quando não há encaixe absoluto. O Outro doa o intervalo quando não há complementaridade entre mãe e filho. Gosto de dizer, seguindo em certa medida a provocação de Lacan quando diz que não há relação sexual, que tampouco há relação entre pais e filhos. A não-complementaridade permite que a falta se recrie, e com ela se recriam os tempos do sujeito. Se a falta se recria porque o Outro doa o intervalo e o sujeito responde com a não-identidade, os tempos se recriam.

Podemos lê-lo: quais indicadores nos permitem situar a recriação dos tempos? Quando os tempos se recriam no simbólico, a criança passa da primeira oposição significativa a poder articular o *shifter*; ela poderá se efetuar como sujeito da enunciação, e poderá dizer eu. Depois, se os tempos seguem, notaremos que pode dispor da metáfora. Da linguagem à palavra e sua articulação em discurso, o analista poderá localizar os tempos do simbólico.

Se a falta se recria, haverá eficácia também nos tempos do imaginário. Eles irão da constituição do corpo na imagem especular a mover, depois, à imagem do corpo na cena. A cena, que não é equiparável ao espaço, também se recria em tempos, tempos de construção do fantasma.

E o real? O real também implica tempos do sujeito. São tempos de redistribuição dos gozos.

Então, se o sujeito, mais que idade, tem tempos e estrutura-se em tempos necessários, mas contingentes, agregarei que eles devem se recriar para cada tempo da infância. Sua consideração é relevante de distinções clínicas e diagnósticas. Não é o mesmo que se tenha efetivado ou não o tempo de ser o falo, também esse outro tempo, tempo de tê-lo. Não é o mesmo o tempo do júbilo da assunção especular imaginária e que a criança possa brincar de ser um personagem. Não é o mesmo estar na linguagem que dispor da palavra.

Suas distinções nos levarão às intervenções do analista: o que fazemos quando analisamos? Que quer dizer atender à criança quando transportamos a pergunta ao plano das intervenções do analista? Atender à criança implicará receber os pais.

Sua lógica nos separa de uma infrutífera discussão. Discutir se recebemos ou não os pais como uma questão de ordem técnica não é o mesmo que receber os pais porque se trata de atender ao lugar que a criança tem no discurso dos

pais. Ao recebê-los, nos propomos a situar se assim se constituiu o objeto de amor, de desejo e de gozo como tempo instituinte; por sua vez, se assim se recriou o lugar de gozo que uma criança pode ter procurado, se assim se cumpriu ou não um tempo necessário.

Nas entrevistas com os pais, então, situamos o que é uma criança para eles e, ao fazê-lo, também localizaremos nosso lugar na transferência, porque essa transferência dependerá de se a criança é predominantemente um objeto de desejo, um objeto de amor ou um objeto de gozo.

Sua distinção vai nos apresentar, notoriamente, distintas vertentes da transferência. Quando a vertente da transferência é predominantemente simbólica, os pais vêm e consultam, vêm com uma pergunta, procuram saber. Uma vertente predominantemente imaginária da transferência é muito distinta, já que os pais vêm, mas não consultam, e, sim, demandam. E o mais difícil dos casos é quando não consultam e não demandam, os mandam. Mandam-nos os professores, manda-os o juiz, manda-os o pediatra. Não contamos com a vertente simbólica da transferência e, muitas vezes, tampouco com a predominantemente imaginária, mas com a mais complicada para intervir: a vertente real da transferência. Quando os pais não demandam, vêm muito incomodados.

Recebemos então os pais por uma questão de ordem lógica: atender à criança que nos trazem e delimitar os tempos do sujeito junto à vertente da transferência. Depois, por que recebemos também a criança? Porque nos interessa situar a resposta do sujeito. Como o sujeito responde à criança do Outro? Que tempo tem? Recriaram-se os tempos ou há uma *Fixierung* de gozo, ou seja, houve progressão dos tempos, não digo progresso, ou houve uma detenção? Em definitivo, diagnosticamos tempos. Ocupamo-nos de localizar se os tempos se detiveram em sua progressão – não propomos que há tempos evolutivos, não se trata de tempos evolutivamente progressivos, não há progresso –, mas há, sim, progressão recriadora dependente da recriação da falta de gozo.

Recebi, recentemente, numa consulta, um menino muito pequeno que ainda não falava. Apesar de ser pequeno, considerei que devia ser atendido. Tinha 18 meses, não dizia nada. Atendi à mãe na consulta, e esta me conta que o pediatra os mandara à neurologista. Eles foram. Havia feito uma quantidade de estudos psiconeurológicos para descartar o que nosso tempo convida predominantemente a pensar, ou seja, se há uma causa orgânica para a disfunção. Descartaram que houvesse, mas, longe de considerar o sujeito, desconheciam as consequências que tem para uma criança pequena ter passado por todas essas avaliações. Na entrevista com a mãe, pergunto-lhe o que pensa, de por que o filho não fala, e ela me responde: “Eu não sei, eu entendo tudo dele”.

Escutam-se rapidamente as ressonâncias de sua expressiva explicação. De qualquer forma, decidi ver o pequeno, e foi muito interessante, porque vieram a mamãe, o papai e o pequeno. Ao entrar na sala de espera – esse âmbito que, como costume dizer, é outro espaço, mas não outra cena –, sou testemunha de como, ante minha proximidade, a mãe imediatamente alça o menininho, que até esse momento estava no chão, sentado, brincando no tapete. Minha intervenção foi saudá-los amavelmente. Era importante que o pequeno visse que havia uma relação cordial com a mãe, e depois, também suavemente, peço à mamãe que por favor o deixe no chão. Ela me olhou um pouco surpreendida, mas apoiou. Foi muito interessante, porque de estar quieto, quase congelado, nos braços de sua mãe, o pequeno imediatamente veio brincar comigo. Interessante a resposta do sujeito. A criança estava nesse tempo de lançar os objetos e emitir sons que, francamente, não se entendiam. Atirava os objetos como o netinho de Freud ([1920] 1976), que, antes de brincar com o carretel, teve a sorte de contar com um Outro que aceitou o intervalo. Porque o netinho de Freud lançava os objetos, e esse foi o primeiro tempo do jogo fora do campo do Outro, longe de onde o Outro podia encontrá-los. De fato, recordem o modo como Freud o conta: “O menino tinha um costume perturbador”. É certo, com esse costume perturbador inicia-se a resposta do sujeito, perturbando o campo do Outro; se o Outro tolera a perturbação de seu campo, então, em vez de lançar os objetos, de lançá-los e lançá-los, o sujeito poderá responder como um *Fort* para um *Da*. E depois passar a recriar-se, – terceiro tempo do jogo que Freud menciona –, subtraindo sua imagem do espelho e dizendo “não está”.

Então, voltando às intervenções do analista, direi que o plural das intervenções não se refere a uma lógica serial. Elas não fazem série, não se trata de um plural serial, mas de um plural nodal: o analista intervém no real, no simbólico e no imaginário.

Essa formalização, que foi aproximada à psicanálise por Isidoro Vegh (1997) em seu livro, que se chama justamente *As intervenções do analista*, foi de grande utilidade para pensar os tempos do sujeito e as intervenções do analista na análise de uma criança. Porque esse nó que está escrito acima não escreve tempos, não escreve se o objeto *a* está funcionando como falta, causa de desejo no simbólico, no real e no imaginário. Ou se está funcionando como um *plus* de gozar, tamponando o furo que convém a cada um dos três. Quando o analista intervém na infância é porque delimitou o tempo do sujeito e localizou a detenção na recriação dos tempos. Depois, e a partir dela, intervém com os pais e com a criança em cada um dos três registros.

Apresento breves recortes clínicos sobre a formalização teórica que as intervenções do analista implicam. Trata-se de três intervenções no real, que

produzem, em meu entender, uma ressonância em cada um dos três registros. São três recortes de intervenções no real, mas uma produz um reposicionamento da falta no simbólico, outra no imaginário e outra no real.

Começarei por Tomy, o chamei assim, um menininho de seis anos. Tomy se debatia, realmente desesperado, em um tempo de encerramento especular. Estava preso na dualidade biunívoca do tudo ou nada. Oscilava entre o lugar de “sabe-tudo” ou “tudo me sai mal”. Quando algo saía bem, gritava exaltado: “Super!” Mas quando lhe saía mal, seu corpo desabava literal e realmente sobre os móveis ou o chão. Tinha problemas na escola porque essencialmente estava impedido de buscar saber, não suportava a falta no saber, por isso não podia tolerar os tempos da aprendizagem e muito menos interessar-se em saber mais. Cursava o primeiro ano, e a problemática anterior, referida a esse tempo do imaginário, a do tempo anterior, se estendia à etapa escolar. O que havia ocorrido é que desde antes de nascer, e depois, isso havia continuado, o olhar fixo e sem amor de sua mãe havia caído sombriamente sobre ele, alimentando uma falha na constituição do narcisismo e impedindo o movimento da mal constituída imagem especular.

Em uma sessão, havia trazido os exercícios de língua da escola que estavam por resolver. Então, com a cabeça atirada sobre a mesa, sobre os cadernos, o único que atinava dizer era: “Tudo me sai mal!” Eu havia tentado, mesmo que infrutiferamente, tratar de diferenciar que não tudo, que havia coisas que saíam bem; tentei que registrasse a incompletude no todo, mas, como lhes disse, infrutiferamente. As palavras não chegavam a Tomy. Parei e, sem lhe dizer nada, me dirigi ao armário de meu consultório, abri a porta e me pus a olhar uns desenhos. Ele seguia sem levantar a cabeça, estava submergido no lamento, o olhar fixo, ele não podia ver. Tomei os desenhos dele, que tinha guardado e, sem olhá-lo, olhava os desenhos. Sem me dirigir a ele, comecei a comentar em voz alta: “Que bonito este desenho de Tomy! Este é de quando veio há dois meses e desenhou o Gaturro!⁵ Que bom este outro, que lindo desenho, que sorte que o guardei!” Pouco a pouco, ouvi-o elevar seu corpo da cadeira e vir a mim e, parado a meu lado, escutei-o dizer desejoso: “Quero ver, quero ver!” O olhar perdeu sua gravidade, tirando peso do corpo, e aliviado começou a se mover. Trata-se de uma intervenção no real que reingressa a falta, dando consistência à imagem do corpo de Tomy.

⁵ Personagem de quadrinhos argentino (N.T.).

Outro recorte: os pais de Franco vieram me consultar, dizendo que já não sabiam o que fazer com ele. “É imparável” – dizem – “faz o que quer.” Efetivamente, quando o recebo, entra como um furacão no consultório e me conta displicente que na escola não pode parar, que se move todo o tempo. E de imediato começa a me dar ordens, em tom imperativo: “traga-me, alcance-me”, toca tudo sem se deter em nada, e me antecipa: “Vou ficar 22 mil horas aqui”. Como era de se esperar, quando terminou a hora não quis sair do consultório; ante minha atitude decidida, sai, mas retorna, levando os brinquedos do consultório daqui para lá, sem nenhum tipo de escolha, totalmente desorientado, ia contra as portas, e evidentemente nem perguntava posso levar isso, posso levar aquilo. O desborde pulsional não admitia descontinuidade alguma, e o “não” resultava ineficaz, também minha proposta de continuar outro dia. Pensei para mim, naquele momento, quão só estava Franco, sem *freio*, e recordei imediatamente que ele havia me advertido que “não podia parar”. Ou seja, que a palavra não oferecia uma borda eficaz à pulsão desbordada. Um momento mais tarde, então, ele se propõe a entrar novamente no consultório, na sala de espera, meu corpo o impede. Grita para mim: “Má, supermá!” Eu, parada e imóvel, lhe digo com voz calma: “Já te disse que não”. Inicialmente tenta forcejar, mas cede ao constatar que minha força era maior, não que ele, mas que sua enlouquecida pulsão. Detido o automático, pela primeira vez me olha. Pude ver seus olhos surpreendidos: ele não podia crer que finalmente havia podido parar. Ao despedir-se, me dá um beijo, visivelmente aliviado, e em nosso próximo encontro me traz de presente um desenho com um coração. Trata-se de uma intervenção no real que reintegra a falta no real desenlaçado.

Um último recorte, esta vez referido a uma intervenção no real com eficácia no simbólico. Havia me consultado a mãe de uma menina que chamarei Lara. Desde que havia morrido o pai de uma colega do colégio, Lara não queria ir a lugar algum, queria estar sempre com os pais, de noite também. Antes dessa situação, comentou a mãe, era sumamente independente, nunca estava em casa, e ambos os pais estavam satisfeitos com essa atitude e chateados pela nova dependência. Na primeira entrevista, a mãe me conta que a gravidez foi uma surpresa. Não esperavam Lara porque já tinham filhos grandes e suas próprias coisas a fazer. Portanto, não me surpreendeu que, nessa entrevista, resultasse tão complicado para a mãe encontrar um horário para vir. De fato, me disse: “Terei que fazer um lugarzinho”. Resignada, advertiu-me que seguramente o pai não queria vir porque estava muito ocupado e, além disso, disse que isso já iria passar com o tempo. No entanto, os dois vêm à segunda entrevista. Quero descrever o pai porque entra com um gesto sumamente sério e, em meu entender, significativo. Austero, com óculos escuros que não tira, senta-se e

permanece em absoluto silêncio. Enquanto isso, a mãe falava rapidamente, como que para completar o trâmite, atendendo simultaneamente incessantes ligações de seu celular. Foi num desses momentos, enquanto ela atendia o celular, que aproveitei para perguntar ao pai: “E você, que pensa de tudo isso?” A resposta me surpreendeu e deu um giro inusitado à entrevista. Diz: “Ao entrar, vi de sua janela a sacada de minha casa, onde agora vive minha mãe. É a primeira vez que a vejo de fora” – acrescentou, comovido. Levantei-me da poltrona e, aproximando-me à janela, lhe pedi que me mostrasse. Ele também ficou em pé e assinalou-me ao longe um toldo, notoriamente surrado, roto, em cores azuis e brancas desbotadas. “Como está velho!” – disse com pesar. Parados junto à janela, confirmei: “Que impactante deve ser vê-lo de fora!” Foi então que começou a contar-me a história triste de seu pai, que havia morrido em um acidente de carro. Relatou também como ele se sentiu, sendo muito jovem, por ter estado junto ao pai no momento do acidente. Desse modo, falando e falando, tirou os óculos escuros e começou a historicizar, que é um modo de dar passagem ao tempo. Lara avançou em sua análise e, em muito pouco tempo, pude ver de minha janela como, na sacada da casa da infância, reluzia um novo toldo vermelho. Tratou-se de uma intervenção no real que reintroduziu a falta no simbólico, na palavra amordaçada.

Desse modo, diferenciam-se as intervenções que relançam o movimento ao reingressar a falta na imagem do corpo de Tomy, daquelas que movem a palavra amordaçada do pai de Lara e as que põem freio na desordem pulsional de Franco.

Em todos os casos, então, o sujeito faz seu passo ao reencontro do desejo, liberado da fixação a um gozo pelo corte que o ato analítico realiza. Isso indica que as intervenções têm um plural nodal, na medida em que todas elas apontam ao ato analítico. E o ato analítico, diz Lacan ([1974-1975]s/d) no Seminário *A lógica do fantasma*, é fundador do sujeito. Se o analista então atende à criança, mas aponta ao sujeito, realiza intervenções no real, no simbólico e no imaginário apontando ao ato analítico.

REFERÊNCIAS

- FLESLER, Alba. *El niño en análisis y el lugar de los padres*. Buenos Aires: Ed. Paidós, 2007.
- _____. *El niño en análisis y las intervenciones del analista*. Buenos Aires: Paidós, 2011.
- FREUD, Sigmund. Introducción del narcisismo (1914) . In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores. Tomo XVII, 1976. p.65-98.
- _____. Sobre las trasposiciones de la pulsión, en particular del erotismo anal (1917). In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores. Tomo XVII, 1976. p.113-123.

■ Alba Flesler

_____. Pegan a un niño. Contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales (1919). In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores, Tomo XVII, 1976. p.175-200.

_____. Más allá del principio de placer (1920). In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores. Tomo XVIII, 1976. p.3-62.

LACAN, Jacques. Nota sobre a criança [1969]. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, Jacques: *A lógica do fantasma*, Seminário XIV, 1974-1975. Publicação não comercial. s/d.

VEGH, Isidoro. *Las intervenciones del analista*. Buenos Aires: Acme Agalma, 1997.

Recebido em 09/08/2011

Aceito em 05/09/2011

Revisado por Otávio Augusto Winck Nunes

TEXTOS

ALIENAÇÃO – ATO – DESEJO: o que sabe uma criança?¹

Liz Nunes Ramos²

Resumo: O presente texto trabalha a lógica do ato psicanalítico, conforme proposta por Lacan no Seminário *O ato psicanalítico* ([1967-1968] s/d). Através de um caso da literatura, ilustra a alienação, o ato e a assunção do desejo na infância, a partir da alienação do corpo ao significante e ao objeto *a*, conforme inscrições inconscientes portadoras de um saber, suas alterações e efeitos.

Palavras-chave: alienação, ato, desejo, objeto *a*, infância.

ALIENATION – ACT – DESIRE: WHAT DOES A CHILD KNOW?

Abstract: This text is about the logic of the psychoanalytic act, as proposed by Lacan in the Seminar *The psychoanalytic act* ([1967-1968] s/d). Through a case of literature, illustrates the alienation, the act and the assumption of desire in childhood, from the alienation of the body to the signifier and to the object *a*, according to unconscious inscriptions than are portable of a knowlegde, its changes and effects.

Keywords: alienation, act, desire, object *a*, childhood.

¹ Versão escrita a partir da fala de reabertura dos trabalhos do Cartel sobre o Seminário *O ato psicanalítico*, ocorrida em 25 de maio de 2011.

² Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). E-mail: liz-ramos@uol.com.br

[...] o ato é, por sua dimensão, um dizer. O ato diz algo [...] A dimensão do Outro, à medida que o ato vem testemunhar algo, não é mais eliminável [...] aí está o verdadeiro ponto de inflexão, o centro de gravidade.

Jacques Lacan

A lógica do ato psicanalítico

Nas lições de 10/01/68 e de 17/01/68, Lacan ([1967-1968] s/d) formula a lógica do ato psicanalítico e, através do esquema tetraédrico, demonstra as vias pelas quais se desdobra a operação analítica. O ponto de partida dessa operação, ele o situa na alienação do sujeito, desembocando na inscrição da castração, o que chama de realização da operação verdade.

Ao longo das lições, destaca o que pensa ser o fim de análise a partir de uma operação que implique o inconsciente, fora da ortodoxia prescritiva. Na continuidade do Seminário, tomará a mesma lógica do ato psicanalítico para reformular a formação do psicanalista, o passe, a vida institucional e/ou associativa. Resumirei os pontos principais dessa lógica e, por ela implicar profundamente o inconsciente, logo, o sujeito, esboçarei uma breve articulação com a posição da criança quanto à alienação, ao ato e à assunção do desejo.

O que consta no grafo da lição de 10/01/68 é uma operação que respeita a temporalidade específica da lógica do significante que organiza as produções inconscientes. São antecipações e leituras *a posteriori*, que se desdobram na análise e na formação. Sobre essa temporalidade, um pressuposto central: há ato toda vez que algo novo começa, mas ato analítico só há no interior de uma análise.

Um ato demarca o início de um ciclo, e é o significante inscrito pelo ato que decide o ponto em que algo se encerra e o novo se reabre pois, no real, não há começo estabelecido, nem ciclo exato. É o significante que faz corte no real e inscreve uma perda de gozo, fazendo marca ali onde só havia o real do corpo, do órgão, e impondo uma ruptura no *continuum* do real. Retomaremos essa demarcação num caso recortado da literatura, mais adiante.

Nesse contexto, a pergunta de destaque formulada por Lacan: O ano novo, onde situá-lo? É aí que está o ato, onde um significante o determina; é o que o caracteriza, diferenciando-o da ação. Lacan aponta ser essa a estrutura do ato, um significante enlaçado à ação. O ato falho indica isso: é falho, mas logrado, por veicular um significante essencial na lógica do inconsciente.

O sentido do ato está numa ultrapassagem que implica o sujeito, como o ato falho. Como lembra Lacan, assim o fez Júlio César, ao entrar na *terra mãe*, a terra da República, enunciando *alea jacta est* (“a sorte está lançada!”) e lançando

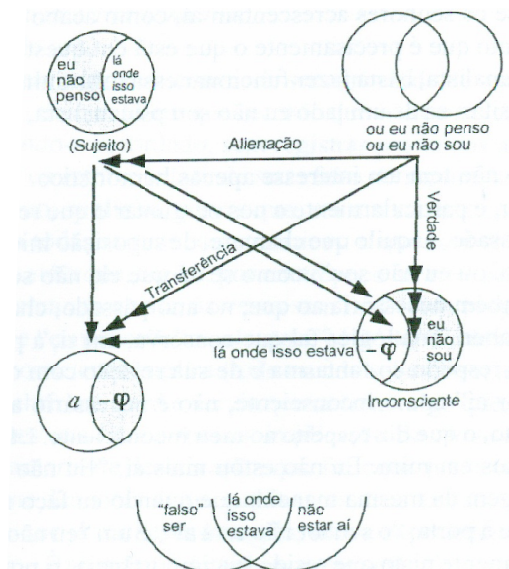
um significante ao mundo, sem saber quais seriam suas conseqüências. Esse ato comportou o que todo ato tem de transgressivo, e deu à travessia do pequeno riacho o sentido de um acontecimento já traçado, uma declaração de guerra a Roma.

Citando um poema de Rimbaud, Lacan destaca a função do traço na emergência de um novo desejo:

Um golpe de teu dedo sobre o tambor descarrega todos os sons e começa uma nova harmonia. Um passo teu é o levantamento de novos homens e a hora em marcha. Tua cabeça se desvia: o novo amor! Tua cabeça se volta, o novo amor? (Rimbaud apud Lacan, [1967-1968] s/d, p.77).

Eis a fórmula do ato, que coloca o inconsciente em jogo, produzindo uma ruptura sobre o *cogito*. A fórmula mágica do ato se refere à verdade que emerge quando se renuncia ao sentido preestabelecido das palavras para dar lugar a um sentido novo.

O que Lacan (ibid., p. 80) desdobra no esquema abaixo são três operações: a alienação, a transferência e a verdade. No ponto de partida está o fato de que o sujeito vem à análise com sua estrutura constituída, alienado no Outro, com as pulsões organizadas segundo inscrições que lhe são particulares.



Para que a lógica da psicanálise se produza, é preciso que haja psicanalista, e este sabe que o sofrimento do sujeito tem a ver com essas inscrições inconscientes que o fundaram. Por isso, nos parece que o primeiro ato de uma análise é que o analista silencie, para que o analisante perceba que há furo no saber e possa pedir ajuda. Se, como Freud evidenciou, o eu não sabe, quem sabe? O analista saberia, instalando o sujeito suposto saber e a demanda na transferência, via pela qual será possível aceder ao saber inconsciente.

Essa é a condição para o estabelecimento de uma transferência analítica: supor saber ao analista e suportar se perder nos encadeamentos associativos, alienar-se para ter acesso ao saber que está fora. Acrescentamos ser a produção e a escuta das formações do inconsciente o que instala a transferência simbólica, ultrapassando o imaginário do amor.

Essa é a subversão inicial que Lacan propõe como organizadora do laço analítico e que levará à subversão da posição do sujeito. Seu ponto de partida é onde o “eu não sabe”, se pede que o analisante associe livremente, abstendo-se o analista da fala e da ação.

O que Lacan (ibid., p. 83) chama de “operação verdade” é efeito da transferência, através da qual o analisante descobrirá que não é o que pensa, por estar alienado como objeto de gozo do Outro, posição identificatória determinada pela articulação dos significantes fundadores. É esse lugar de objeto que será perdido, mesmo que tal identificação, na qual o sujeito acredita ser o que falta ao Outro, seja uma necessidade estruturante. Uma análise inicia quando essa ilusão não se confirma, pois a demanda do Outro é infinita. A castração equivale à simbolização da perda desse lugar de objeto ideal.

O ponto inicial da análise se caracteriza por abordar o “lá onde isso estava”. Lacan diz: “o Eu deve advir”. Deve romper-se a alienação, feita de ilusão, e emergir o sujeito. Mas Lacan pergunta: “Será que ele pode advir?” (ibid., p. 78). Isso não se sabe, quando uma análise inicia. Por isso, também não se sabe se alguém poderá tornar-se analista, não tendo sentido, na lógica do inconsciente, propor, antecipadamente, uma análise com fins didáticos. Assim, a passagem à condição de analista respeita princípios bem específicos e constitui um ato.

Partir desse ponto (“ou eu não penso, ou eu não sou”) se revela, para Lacan, uma operação lógica necessária e eficaz para abordar a lógica do fantasma, que comanda o desejo e o gozo no inconsciente.

O *falso-ser* é inchado de imaginário e, para chegar ao ponto em que admite a castração, o analista terá suportar o lugar do Outro, a quem se dirige a idealização e a demanda. A resposta que dará a elas tem a ver com a posição do *desejo do analista*, resto de sua análise. Se há analista, há algo que o subtrai

da captura no lugar idealizado e situa esse desejo como o de conduzir o desejo do analisante a outro ponto, passar do “eu não penso” à lógica do “eu não sou” (objeto da demanda do Outro). A afirmação do ser recairá sobre “eu não sou senão um traço, unário”.

O efeito de marca do traço unário põe em relação o Eu ideal e o Ideal do eu. A tarefa do psicanalista será operar com eles, no que se refere ao ato sexual, na medida em que nele não há complementaridade. Contrariando o Eu ideal, no qual o sujeito se propõe como objeto que faria Um com o Outro, a inscrição da castração deixa como resto um traço que organiza o Ideal de eu e o exercício do desejo dispensando qualquer objeto de complementaridade.

O fim da operação analítica supõe a realização da “operação verdade”, na qual o sujeito se desloca desse *falso-ser* para reencontrar-se com seu traço constitutivo, deslocando-se da identificação ao objeto *a*, que vela a falta do Outro. O que se inscreve como castração é que o Outro não encontrará sua complementaridade no *a* que o sujeito era. A inscrição da falta no Outro equivale

à assunção do desejo, pela castração que se inscreve -φ.

A lógica do ato operada via transferência refere-se a manipular os significantes de maneira que o analisante possa operar com o objeto *a* como faltante, como causa de desejo, e não mais como organizador de sintomas; que suporte, ao buscá-lo na relação sexual, encontrar apenas sua falta.

Na última lição do Seminário *A lógica do fantasma*, a do dia 21/06/67, Lacan ([1966-1967] 2008) lembra que o fantasma não é mais do que uma frase – *Uma criança é espancada* –, uma articulação significativa, que enlaça sujeito e objeto. Indica que, nesse fantasma, o objeto *a* é o olhar, que erra, voa, sem poder ser apreendido, nem eliminado.

Ponto essencial desdobrado na lição de 17/01/68 (Lacan, [1967-1968] s/d) é o que Lacan desenvolve sobre a economia do gozo, por definição masoquista, pois sempre comporta alienação. Ele situa que o saber do mestre resulta da renúncia ao gozo, é assim que ele se institui, por admitir a castração.

O que sabe uma criança?

Para avançarmos a respeito do olhar e da alienação, trago o caso de Natascha Kampuch (2010), para ilustrar, no tema do refém, tomado no real do corpo, as diferenças entre a alienação à determinação fantasmática e à inscrição simbólica. O caso também ilustra o que Lacan traz quanto à alienação do \$ no fantasma ($\$ \rightarrow a$), que é desfeita em análise.

Trata-se de uma menina austríaca, sequestrada nos arredores de Viena, em 1998, aos 10 anos, a caminho da escola, e que permanece cativa por 3.096

dias – título do livro³ que escreve após a fuga. No dia de seus 10 anos, Natascha decide que esse será o primeiro dia de uma nova vida. Na época, seus pais já estão separados – o que implica uma severa fratura narcísica –, e ela não está em boas relações com a mãe, que a humilha e a submete a maus tratos; considera-se feia, é vítima de *bullying* na escola, sente-se sozinha e está bastante deprimida. Nesse dia havia discutido com a mãe, que a esbofeteara no rosto. A menina sai de casa sem se despedir, para ir sozinha à escola, tentando demarcar com esse ato o início de um ciclo de restauração narcísica, de uma nova posição subjetiva. Está amedrontada, mas aposta na coragem para fazer a travessia à nova vida. Ao mesmo tempo, o trajeto é acompanhado da fantasia de atirar-se na frente de um carro; assim, ao perdê-la, a mãe se arrependeria por maltratá-la. Onde está inscrita para ela a castração da mãe, já que precisaria faltar no real para reconstituir seu lugar no amor materno?

Quando avista o sequestrador, ele a olha insistentemente. Ela avança em sua direção, tomada pelo medo, mesmo suspeitando de algo estranho em seu olhar e no carro com a porta aberta. Diz que poderia ter atravessado a rua e trocado de calçada, mas, ao invés disso, com olhar baixo, tenta passar entre a porta do automóvel e o pedaço de calçada restante; momento no qual é capturada e jogada para dentro do carro. Contudo, frente à decisão de subtrair-se ao universo materno (primeiro tempo de seu movimento de separação), é evidente que ela não poderia ter atravessado a rua. Ela não teria como recuar frente à decisão de desvelar o desconhecido que essa travessia implicava, quanto ao outro universo que ela teria de conquistar, sobretudo os interrogantes quanto ao sexo, com os quais não se recusa a se confrontar. Assim iniciam anos de horror, escravidão e tortura.

Ela fora advertida quanto aos riscos de andar só: “– Pense em tudo que podia acontecer a você”, dizia a mãe, enquanto a menina acompanhava com avidez os inúmeros casos de sequestro de garotas violentadas e mortas na Áustria. Natascha pensava sobre isso, ou melhor, fantasiava, incluindo-se nas cenas dos corpos mutilados, despedaçados, abandonados nos matos. De forma que é possível supor a vigência de uma fantasia inconsciente relativa à identificação ao objeto de gozo, ao dejetivo, no campo sexual, fantasia conectada ao que horrorizava a mãe, sempre preocupada em se excluir da miséria reinante no entorno.

³ KAMPUCH, Natascha. *3096 dias*. Campinas: Verua, 2010.

Apesar de atrair olhares quando saía com o pai, pelas roupas bonitas, ela percebera que a admiração não implicava um interesse genuíno. Não era mais o pai da primeira infância. Sentia-se sozinha quando este a deixava de lado nos bares, uma espécie de boneca, um corpo pouco animado pelas trocas discursivas ou por traços de feminilidade transmitidos pela mãe. Ao contrário, esta situava seu corpo feminino como prestes a ser violado. E o ciclo de presença-ausência do pai tornava sua função pouco confiável. A “escolha” de Natascha, de se subtrair a essas determinações, é corajosa, mas nessa intenção de desvelar que Outro lugar o olhar de um homem lhe reservaria tem o infortúnio de se deparar com alguém muito pouco qualificado para lhe responder.

Quanto a isso há passagens do relato a destacar.

A primeira se passa quando, decorridos muitos anos de cativo, Natascha, interrogando-se sobre seu valor de mulher, sobre a posse de um atributo fálico, pergunta ao sequestrador por que foi “escolhida”. Ele responde: “- Você veio até mim como um gato de rua”. Ou seja, não havia atributo fálico; “gato de rua” indicava um lugar sem ponto de arrimo, vadio e decaído. E *ela* o escolhera. Mesmo que tentasse demonstrar coragem, o olhar baixo evidenciava sujeição. A essas alturas, ela já fora submetida à fome e a trabalhos forçados, emagrecera muitos quilos, tivera os cabelos raspados e a pele queimada; portava hematomas e lesões musculares diversas e doloridas, e encontrava-se desorientada, por sistemáticas destituições de referências temporais e simbólicas.

A segunda se refere ao seguinte comentário do sequestrador: “- Eu sempre quis ter uma escrava”. Ela conta que trabalhava sem inua, exposta ao olhar constante e, ao saírem à rua, não lhe era permitido olhar para ninguém, nem usar calcinhas, com o forma de constrangimento. O que deveria ser velado, relativo à diferença sexual, era exposto a todo o momento, não operando enquanto representação, nem se ligando ao desejo. Não havia renúncia, do sequestrador, ao gozo escópico proporcionado pelo objeto pulsional olhar. Isso nos remete à posição escravizada de Natascha, pelo olhar depreciativo da mãe, que lhe marca o corpo como o excessivo, gordo e disforme, não desejável, sem uma palavra de enlace entre sua feminilidade e a da mãe; ao mesmo tempo em que evoca a queda narcísica para o pai, o olhar desrespeitoso dos homens do bar do universo paterno. Macabro cruzamento fantasmático de elementos de sua história com a demanda do sequestrador. Não encontra o homem que poderia desejá-la, mas um que a aliena ao mesmo olhar ausente / escravizante do qual pretendia se safar. Nessa época já tomara uma segunda decisão, importante na construção significativa de sua libertação. Ela se recusaria a chamar o sequestrador de *mestre*, como ele lhe ordenava, e era incessantemente espancada por isso.

O livro ainda mostra a vigência de outros objetos pulsionais, alienantes. A voz, a qual, através de um equipamento de som, o sequestrador fazia ecoar no cativeiro sem cessar, ao mesmo tempo em que também captava todos os sons de Natascha, inclusive sonhos, choro, etc. E o objeto anal, já que sadicamente a reduz à condição de dejetivo humano. Destaco o olhar por estar presente nesse momento organizador da captura.

A jovem foge após completar dezoito anos, ocasião na qual decide não passar o resto de sua vida cativa. Novamente, em torno de um significante – *dezoito anos*, que comporta emancipação e responsabilidade pelo ato –, ela tenta fazer um marco; enquanto ele esperava essa data para desposá-la contra sua vontade. Assim, pela potência da inscrição do significante *dezoito anos* começa a reunir forças para fugir. Um momento em especial demarca a virada em sua posição: aquele no qual Natascha mantém a negativa de declará-lo *mestre*, é ameaçada de morte, espancada e desmaia. Ao acordar, escolhe morrer e decide manter sua recusa, dizendo ao sequestrador que ele havia montado um jogo do qual só um dos dois sairia vivo, e pede-lhe que a liberte. Dessa vez ele se detém. Jogo. Aí se revela sua apreensão do imaginário, da falta de verdade existente no jogo de imagens: ele não a ama, nem a deseja, quer apenas ser um mestre, a qualquer preço. A negação de seu pedido de libertação a autoriza a empreender uma luta de vida ou morte, e introduz na situação, já cristalizada há longos anos, a dimensão da pressa, essencial para a precipitação no ato, conforme Lacan ([1945] 1998) expõe no texto do tempo lógico. Sem ela, o jogo sadomasoquista e a dúvida se estenderiam indefinidamente. Bastava que ela gemesse de dor, de uma forma um pouquinho ambígua, para que ele se confirmasse como mestre de seu gozo, a despeito de sua recusa. Ao optar pela morte, Natascha lhe diz que ele não pode ser seu mestre, para sê-lo é preciso alguém que goze da posição de escravo, e disso ela não gozará. A partir daí, ele descobre não ter sobre ela o poder de vida ou morte que afirmava ter. É a introdução do significante *morte* que transforma a mesma recusa de sempre em ato e instala os limites do simbólico, situando o corpo não mais como objeto de gozo.

Poucos dias depois, ao limparem o carro no jardim, toca o telefone, e o sequestrador se afasta para atendê-lo. A fala de Natascha o fragilizara, e ele a deixa sozinha pela primeira vez do lado de fora da casa. Finalmente o olhar se desprende dela, que pode vislumbrar a possibilidade concreta de fuga. Ela já está fora, fora do domínio discursivo do sequestrador. Coloca-se, então, esse momento de vacilação que sempre está implicado num verdadeiro ato, que antecede à asserção da certeza antecipada, na qual o sujeito se precipita no ato, e encontra a saída afirmando-se pelo traço que porta. Natascha sabe que

se for pega será morta, a fuga é sem volta, então abre o portão, foge e procura abrigo nos jardins das casas vizinhas. Tal ação se faz acompanhar de algo particular: ao pronunciar seu nome a uma mulher, sente-se retornando do além. Todos a consideravam morta, por isso, ao pronunciá-lo, sente-se renascer. Há anos não o ouvira, nem o dissera para ninguém, pois o sequestrador a obrigara a escolher outro nome. Escolhera Marie, seu segundo nome, mas este não lhe soava seu. Deixara de ser Natascha, e não era Marie. A ação de fuga associada à enunciação de seu nome o reinscreve no discurso do Outro e faz da ação, a *posteriori*, um ato, ressignificando todas as decisões anteriores.

Poucas horas após a fuga, o sequestrador conta o que fez ao único amigo, diz que “queria uma virgem intocada” e, a seguir, desce do carro e joga-se na frente de um trem. Natascha chora ao saber de seu suicídio, pois ele fora a única pessoa com quem tivera contato durante os anos de cativo, ele fora seu Outro; o que divide a opinião pública, colocando-a sob suspeição de convivência. Cabe esclarecer que, para sobreviver, Natascha teve de alienar-se à lógica do sequestrador, o que é bem diferente de convivência. Sem Outro, não há sujeito; Natascha precisava que alguém fosse suporte de suas representações inconscientes, para que essas continuassem a valer para ela. O tempo de compreender e o momento de concluir não são quaisquer. Antes desses desdobramentos discursivos, certamente não poderia sustentar seu ato de separação.

Wolfgang Priklopil não era um perverso, mas um obsessivo – que a toma numa montagem perversa – o que talvez tenha contribuído para ela safar-se viva. Mas não só. O relato mostra que, se Natascha encontrou a saída, foi porque percebeu que a recusa à castração era o motor do crime, cometido por não haver inscrição de objeto perdido, e que havia sofrimento subjetivo em seu algoz por isso. Soube lidar inconscientemente com a impossibilidade de o sequestrador simbolizar a ausência do objeto. Ele era o cativo, cativo da necessidade de apreender o objeto no real, ponto fraco do obsessivo, sempre a perseguir o gozo absoluto. Ela “soube” (falo do saber inconsciente) “jogar” na linguagem (jogo de significantes, simbólico, diferente do jogo de imagens) com o fato de que, para o sequestrador, ela era esse objeto que ele precisava assegurar, algemar ao corpo, bater, degradar, e que fazer semblante desse objeto seria seu trunfo, ganhando tempo e margem de negociação. É essa degradação do objeto (do sexual ao dejetivo) que confere ao obsessivo um toque perverso, conforme o sadismo da pulsão anal. A avareza do sequestrador indica seu aprisionamento numa estrutura cujo falo se encontra positivado e degradado.

Ao conhecer a falta de Priklopil, Natascha o substituiu da pretensa mestria. O mais marcante é que, para tanto, ela precisou alienar-se, ao mesmo tempo

em que persistiu na afirmação de que ambos eram mortais, castrados, recusando-se a reconhecê-lo seu mestre. Ou seja, ela refez os três tempos da constituição do circuito pulsional, reinscrevendo a própria alienação, para depois disso, num tempo posterior, encontrar a separação. Com isso, preservou-se de uma desintegração psíquica irreversível, e enfraqueceu as defesas do sequestrador contra o desejo que ela preservou.

Priklopil não se via, mirava somente o resto, o dejetivo. Ela, ao contrário, assume o risco de interrogar o Outro para saber o que lhe falta e concluir que não pode supri-lo. Ao oferecer-lhe a escolha de libertá-la e quitar sua dívida para com a lei, ela barra com palavras o olhar fascinado que a submete, fazendo-o sucumbir ao que nela advém de desejo. Ao longo dos anos, Natascha sustenta a renúncia ao gozo masoquista, ultrapassando a condição de ideal decaído, de virgem vítima, nada intocada, aliás, porque aqui ser batida era ser violada. Ao longo de sua narrativa, a vemos inscrever a disjunção entre o *a* e o $-φ$, colocando a barra sobre o S (\$), rompendo identificações, por atos de pura fala, pois não dispunha de nenhum outro recurso. Ela fez valer a potência da lógica do significante, por palavras e silêncios, para animar seu corpo feminino mortificado.

Lacan ([1967-1968] s/d, p. 106) se pergunta, na lição de 17/01/68:

“há consequência fora da articulação de uma sequência significativa?” Na menina, podemos ver que, apesar de tudo, algo subsistiu sob forma de inscrição no inconsciente, que ela cultivou como a parte mais preciosa de si mesma, para suportar seu cotidiano. Ela agarrou fragmentos inconscientes, o que restou de Natascha, reconhecendo-lhes o valor de um saber capaz de reorganizar seu espaço físico e subjetivo, reconstituiu cadeias de sua relação à mãe, à avó, ao pai, à Áustria, às letras. Deixou o significante em seu jogo interrogando se ainda valia alguma coisa para o Outro, se era amada, se ainda poderia amar. Decide que qualquer coisa seria melhor do que o cativo, que o sequestrador não era o único Outro, já escolhera a liberdade de escolher, mesmo que a única escolha fosse a liberdade de morrer. Se não era ninguém, nem Natascha, nem Marie, o que teria a perder? Não restam dúvidas de que o libertador foi seu apego à lógica do inconsciente e da linguagem.

Se, de início, o sujeito está ingênuo em relação a sua alienação, quando coloca em movimento a dimensão da linguagem, como único instrumento de sua realização desejante, ele tem uma escolha a fazer: renunciar ou não ao gozo unificante, na conjunção com o sexo oposto, com o Outro sexo.

Essa pequena, tão sábia, cativa do gozo, soube operar com o que origina toda a estrutura e define a posição de cada um, ou seja, segundo a posição psíquica operada pelo objeto *a*. Ao final de sua narrativa, Natascha se diz aliviada, não só por estar livre, ou pelo sequestrador estar morto, mas por ter encontrado

palavras para contar o que aconteceu em seu livro, embora nada disso vá se apagar de sua memória. *A posteriori*, a escrita diz do bem-sucedido de seu ato, ela está advertida de que seu cativo é parte dela mesma, mas não é tudo, há um nome. Para o sequestrador, contar a história não bastou. Para Natascha, passar à ordem da escritura foi o que lhe permitiu representar-se no campo do Outro de outra forma, não como vítima, concluindo seu projeto de ser outra ao reinstalar o Outro da língua, o leitor, como referência. Não está aí o caráter libertador do ato? Encontrar palavras para o indescritível... Não é essa a função do psicanalista, a tarefa humanizante, por excelência?

Nessas lições do Seminário *O ato psicanalítico*, Lacan ([1967-1968] s/d) sustenta que, para eliminar o objeto *a* da fantasia, o analista deverá suportar fazer semblante desse objeto de gozo para operar a ruptura da identificação do sujeito a ele, recortando um significante que o represente como sujeito. E, ainda, suportar que o sujeito se dirija ao Outro; logo, o analista não pode encarná-lo, deverá cair (dessar) do lugar de *sujeito suposto saber*, para que o sujeito surja como *falta em ser*, não preenchendo o que falta.

Essa queda do objeto *a* é operação irreversível para o psicanalista e o confronto com o incurável da falta que funda o desejo, ou seja, não há objeto, nem saber, que supra a demanda do Outro. Se há *desejo do analista*, ele sabe que o ser é sem essência, como são todos os objetos *a*, sempre reevocados no ato psicanalítico. Por isso, todo ato marca o impossível de reencontrar o gozo absoluto, já que somos seres de linguagem, puros efeitos de uma marca significante. O absoluto é mortífero, foi o que Natascha interpretou para Priklopil, que passa ao ato, se deixa cair (*se laisse tomber*⁴), identificado ao *a* que Natascha não mais encarna. Prova de que a relação do sujeito ao ato se modifica.

O que se formula nestes termos escorregadios, do ato em falso, do artefato de um sujeito suposto saber sempre em queda, é a mais potente interrogação lacaniana quanto à lógica do inconsciente: O sujeito pode advir? Um psicanalista pode advir? Suportaremos os furos do saber para extrair consequências do inconsciente, dos laços nos quais não haja unificação; ou reinstalaremos as miragens que o objeto *a* coloca em jogo?

A clínica e o que chamamos de vida “real” nos mostram que sempre poderemos, com benefícios, interrogar as crianças: sem saber que o fazem,

⁴ Ver Lacan ([1962-1963] 2005, p. 125).

elas costumam confiar no inconsciente e nas palavras para fazer frente ao real do sexo. Quando não o conseguem, fazem sintomas; o que, para um bom entendedor, conduz à interrogação quanto à posição ocupada por elas na estrutura, no fantasma parental, para o qual precisarão encontrar respostas.

REFERÊNCIAS

- KAMPUCH, Natascha. *3096 dias*. Campinas: Verua, 2010.
- LACAN, Jacques. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada [1945]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p.197-213.
- _____. *A lógica do fantasma* [1966-1968]. CEF do Recife, 2008. 450 p. (Publicação não comercial).
- _____. *O ato psicanalítico* [1967-1968]. Escola de Estudos Psicanalíticos, s/d. 282 p. (Publicação para circulação interna)
- _____. *O seminário*, livro 10: a angústia [1962-1963]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Recebido em 05/08/2011

Aceito em 09/09/2011

Revisado por Valéria Rilho

TEXTOS

DE ONDE SURGE O BRINCAR E O DESENHAR?

Silvia Eugenia Molina¹

Resumo: O texto interroga a possibilidade de pensar o desenho e o brincar como equivalentes das formações do inconsciente e da associação livre dos adultos. Essa hipótese sustenta-se a partir do aparecimento do desenho e do brincar como produto do laço transferencial e, também, do laço parente-filial orientado pelas funções parentais.

Palavras-chave: transferência, brincar, desenho, castração.

WHERE DOES PLAY AND DRAWING COME FROM?

Abstract: The text interrogates the possibility of thinking the drawing and play as equivalent of the formations of the unconscious and free association of adults. This hypothesis rests in the appearance of the drawing and playing as a product of the transferential lace and also of the parent-son lace guided by parental functions.

Keywords: transference, play, drawing, castration.

¹ Psicóloga; Psicanalista; Especialista em Psicologia e Clínica; Professora do Centro de Estudos Paulo Cesar D'Avila Brandão, do Centro Lydia Coriat de Porto Alegre; Membro da equipe de direção do Centro Lydia Coriat de Porto Alegre; Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). E-mail: lydiacoriat@lydiacoriat.com.br

Noutra oportunidade, nos ocupamos em definir a transferência², trabalhamos na perspectiva do estabelecimento de um laço particular a partir do qual o paciente supõe no analista a capacidade de leitura do saber da subjetivação (Lacan, [1960-1961] 1992). Proponho agora que passemos a situar de que lugar surge a transferência.

Qualquer criança possuidora de mínimas condições para se comunicar desenha ou se expressa por outros recursos imaginários próprios da infância (garatujas, modelados incipientes, manchas com pintura ou alguma modalidade do brincar). Essas produções emergem pelo e no laço transferencial. Ocorre assim, também, no laço parente-filial, se os pais tiverem condições subjetivas para sustentar a pequena criança, promovendo a estabilidade do significante. A estabilidade do significante constitui uma referência simbólico-imaginária parental, que permite à pequena criança demarcar a “porta” (borda) simbólica para transitar entre o familiar e o social. Dessa forma, estende os limites da conquista simbólica ao espaço social da realidade que lhe é indicada. A estabilidade do significante se dará através da palavra e do olhar, discurso simbólico, imaginário veiculado pela criança ao Outro, intermediado pelos outros parentais.

Mas, caberia interrogar: o brincar e o desenho, surgindo dessa maneira, podem ser assemelhados à associação livre? O desenho porta uma mensagem, além da que ele dá a ver? No exercício clínico, na inter e na transdisciplina, constatamos que as crianças modificam o tipo de produção na presença do analista ou do profissional da área instrumental, ou seja, existe uma diferença de endereçamento da produção que é posta em ato pela criança.

² A transferência na intervenção psicanalítica com crianças: estabelecimento de um laço particular a partir do qual o paciente supõe no analista a capacidade da leitura do saber da subjetivação: o saber da subjetivação provém do efeito que o discurso parental terá sobre as marcas corporais registradas desde o estágio fetal no contato carnal, afetivo simbólico com a mãe, até a época do domínio da linguagem, por volta dos três anos. A partir daqui, recalçadas, essas marcas continuarão a se manifestar como revivescências durante a vida do sujeito. Esse retorno tem consequências emocionais que geram condições favoráveis para a resignificação. O analista, por sua vez, terá de fazer a leitura para depois traduzir em palavras a expressão simbólica das manifestações da imagem inconsciente que o laço transferencial provoca. Através da leitura da produção imaginária, terá de diferenciar o sintoma clínico, o de estrutura e os diferentes momentos da subjetivação. Por se tratar de um sujeito em constituição (bebê-criança), o analista terá de sustentar esse laço, encarnando os personagens que facilitem a instalação e a ampliação da função simbólico-representativa. A formação teórico-clínica tem de ser instrumentalizada via saber da subjetivação do próprio psicanalista, processado pela análise pessoal. É precisamente isso que possibilita que as crianças modifiquem o tipo de produção na presença do analista ou do profissional da área instrumental.

Verificamos, também, que toda criança que mantém alguma forma de laço com o social traça não o que vê, mas aquilo que ela significa do que vê. Seu objetivo é dar a ver ao Outro, para ser interpretada, na tentativa de encontrar maneiras de aliviar seu desconforto subjetivo, o que logo entende quando encontra um espaço de escuta. É possível perceber esse fato desde que a sincronia³ tenha sido instalada na estrutura da linguagem da criança e, conseqüentemente, na comunicação, através do laço primordial com a mãe que encarna a função materna. Isso nos permite dizer que a criança se constitui na via de acesso à fala (como função) por identificação com o desejo materno de vir a se comunicar com o(s) outros/Outro⁴ (Lacan, [1972-1973] 1992b).

Como se dá o trânsito dos recursos imaginários primordiais para o simbólico? Um bebê, situado no simbólico – operação propiciada pela mãe, que, encarnando a função materna, encontra vias imaginárias para apoiar o acesso ao projeto simbólico, enquanto se dispõe a percorrer as castrações necessárias –, pode comunicar-se e interpretar o mundo, e encontra no brincar, inicialmente, e, a seguir, através do desenho, a oportunidade de fazer esse trânsito. Ou seja, um bebê terá a possibilidade de recuperar simbolicamente o objeto primordial, sua mãe, do qual está destinado a se separar. Separação da qual se beneficiará com os ganhos que a promessa simbólica aponta.

Apresento duas vinhetas clínicas para exemplificar essa transição. Marcelo, num primeiro momento, através da relação privilegiada com a sua mãe, situa como o objeto pulsional primordial se desdobra em todos os objetos

³ A modalidade do ato de filiação do bebê será efetivada a partir da estruturação fantasmática do casal parental. A formação fantasmática contém os referenciais éticos, morais e estéticos transgeracionais, e transmitirão os indícios significantes em relação aos lugares que o sujeito como criança, adolescente ou adulto, ocupará nos espaços familiares e sociais (sincronia). Tal transmissão configura a sabedoria do bebê, inscrevendo, portanto, a imagem inconsciente do corpo, formação psíquica que cria o substrato significante, direcionando a existência subjetiva que possibilita a progressã

o constitutiva do desenvolvimento do bebê, da criança e do adolescente no decurso do tempo (diacronia). Portanto, a formação fantasmática familiar transmitida deverá conter o saber inconsciente que possibilita a formulação das teorias sexuais infantis. Para que essa transmissão de indícios de significantes se transforme em transmissão significante, será preciso que as funções parentais operem encarnando a sustentação psíquica do filho, através do laço filial, modulando as transmissões simbólico-imaginárias através do afeto, e em todos os momentos da constituição subjetiva.

⁴ Nos referimos à pluralidade dos Nomes-do Pai.

pulsionais parciais que a família e o social lhe indicam⁵. Gabriela⁶ transita para outro momento da constituição subjetiva, o de Pequena Criança. Ela nos mostra que, por meio do brincar e do desenho, adquire competências para continuar indagando os ganhos simbólicos de sua separação do corpo e do psiquismo maternos. Separação que legitima seu estatuto de sujeito, livrando-se de ser um subproduto do corpo materno, um cocô, para aceder à condição de sujeito, através das teorias sexuais infantis, instituindo o desenho como uma via de acesso ao simbólico.

Gabriela, com um ano e nove meses de idade, conta acerca dessa experiência subjetiva, que podemos acompanhar passo-a-passo. Ela está brincando com seus pais de procurar os ninhos dos ovos de Páscoa que ganhara, abrindo as caixas de alguns brinquedos que também recebeu nessa oportunidade. Uma dessas caixas contém fantoches da Turma da Mônica⁷. O pai a está ajudando a abrir a embalagem quando, de dentro dos fantoches, sai um rolo de papel que “dá corpo” àqueles. A saída desses enchimentos a surpreende tanto, que começa a recolhê-los, mostrando-os para a mãe, que está grávida, filmando a cena, e os nomeia de “cocô”. Coloca o primeiro deles na cestinha que contém os ovos, fazendo uma alusão clara à teoria sexual infantil (Freud, [1905] 1976a) de que tudo provém e depende de mamãe. Na saída do segundo rolo de papel, ao qual ela denomina de “cocô”, o pai lhe indica que

⁵ Marcelo é filho de uma psicóloga-psicanalista e, frequentemente, vê sua mãe trabalhar com o material, que, torna-se suporte para dramatizar essa vivência psíquica tão fundamental. Chamo de metáfora do pontilhado da folha: a metáfora surge a partir da figura sugerida pela brincadeira de Marcelo, interpretada à luz do esquema lambda, de Lacan. Nessa brincadeira, ele rasga a folha em branco, obtendo dois pedaços, que logo reúne e afasta, reiteradamente. Em cada ato, sempre observa o espaço resultante do rasgado da folha. Com essa brincadeira, ele obtém os quatro elementos que constituem o número do simbólico: a mãe, o bebê, o rasgado que indica a função do pai, que encarna a função paterna, e o resultado dessa operação – o espaço virtual, não substancial, a falta gerada pelo destaque da folha.

⁶ Esta vinheta foi analisada a partir de filmagens realizadas no convívio familiar de Gabriela.

⁷ Características dos personagens da Turma da Mônica. O personagem Mônica, menina que, apesar de se defender até com a força bruta, sabe manter laços de amizade, em especial com Magali, demonstrando também um temperamento dócil e feminino, apaixonando-se pelos rapazes bonitos do bairro. Magali, menina de apetite voraz, fundamentalmente por melancias, sabe ser amiga. Horácio é o filhote de tiranossauro que conseguiu recalcar sua agressividade, tornando-se meigo, amigo, gentil e solidário. Gosta de expressar sua opinião, filosofando.

coloque a mão no buraco interno da cabeça por onde se manipula o fantoche. Ela recusa a fazer isso com certa expressão de nojo, evidenciando já estar constituindo as diferenciações simbólicas: limpo-sujo e alimento-excremento.

A seguir, a convite do pai tenta, ela própria, tirar o enchimento do fantoche da Mônica. Como não consegue, o pai a ajuda, enquanto ela comenta: “vai sair! É cocô! É cocô! E o outro cocô?”, pergunta a menina. A mãe lhe indica que ela o colocou na cesta, da qual o retirara. O pai pergunta de quem é o aniversário? Ela responde: “da Isabela”, sua boneca, “e o Bidu”. Busca sua boneca e deita-a na cesta dos ovos de Páscoa, respondendo para o pai que “Isabela vai levantar, estava tomando banho”. Pela cena, começa a entender que os filhos que se formam na barriga da mamãe se diferenciam dos excrementos. Nessa associação, ela faz o deslocamento do significante “cocô” (produto corporal valioso por representar os filhos no momento da teoria sexual alimentar, na qual o que prevalece é a imagem da onipotência materna) para o significante “filhos” (“ovos na cestinha”, “o outro cocô”, aquele dos ovos (redondos) na cestinha” (útero). Busca uma panela (útero), na qual coloca seus “tic-tacs” (prendedores de cabelo, representando ao que prende, ao que liga). Mostra isso para o pai, dizendo que “esta é a panela da Bruxa Má. Nela, a Bruxa faz comidinha: massinha, coração, cocô e gelatina. A Bruxa Má bateu e ela quer coração”. A mãe de Gabriela, que, através da outra forma do amor, “coração”, indica-lhe outro momento da estruturação das teorias sexuais infantis: o da participação do pai na concepção dos filhos, que se dá através dos encontros de gente grande (“quer grande, os ovinhos”), mas a mãe pode transmitir também, bater se ela continuar a fazer esse pedido ao pai. Sobe na perna do pai, falando do fantoche. Aponta para a prateleira superior da biblioteca e diz para o pai: “quer grande, os ovinhos”.

Apresenta a necessidade de conquistar o coração do pai e que quer fazer com ele algo de “grandes” (gente grande), que tem a ver com os ovinhos, com a gestação. Quer conquistar o coração do pai, pois agora sabe que ele também participa na formação dos filhos na barriga. Porém, aqui surge um inconveniente: a presença da Bruxa Má quer o coração do pai e pode comer o coração da menina, caso ela continue nessa investida amorosa com o pai. Intui, também, que aquela é esperta em conquistar corações, é quem sabe “preparar corações”, que é dela que recebe este saber.

Ao apanhar um dos ovos feitos de cascas de ovos de galinha pintados, cheio de balas, diz para o pai “quer bala” (a palavra ‘bala’ é utilizada, normalmente, pelas crianças pequenas para indicar doçuras do laço amoroso). Há aqui mais uma modalidade do convite amoroso que começa a desdobrar. Recolhendo os “tic-tacs” da panela, quer colocá-los dentro da cesta. O pai indica que dentro da

cesta vão se perder, sugerindo guardá-los dentro do ovo que já está aberto e que ela mesma pintou. Ela aceita, pedindo ao pai para “segurar o ovinho”, ato que metaforiza o filho que juntos concebem, para o qual ela contribuirá com as estratégias femininas, para incrementar os encantos pessoais, conseguindo assim acelerar os “tics-tacs do coração conquistado”.

Gabriela encena o coelho da Páscoa pulando: “puem, puem, puem!... caia para cima... quer o baum” (ovo de Páscoa grande), o qual segura e deixa no chão... continua batendo no ovo de casca de galinha e “descascando-o”, fazendo “picadinho” dele... “coelho da Páscoa pulando, não gosto de balanço, não gosto de balanço... um grandão, um grandão, outro grandão... o grandão esse”!

Vemos aqui que corre o risco de virar “picadinho”, com a ameaça de vingança da Bruxa Má, caso ela persista nas suas tentativas de fazer algo que está além do seu alcance – “pular”, para fazer filhinhos como os coelhos (um dos animais mais prolíferos e, na nossa cultura, na Páscoa, simboliza a fertilidade e, além disso, ao pular, metaforizam o ato sexual) coisa de gente grande. Por essa razão, declara que “não gosta de balanço”, desse balanço que é coisa de “grandões”.

No instante seguinte, fala: “Estou abrindo, quer abrir, abrindo... estou mexendo no chocolate”. O pai diz que terão que tapar esse burquinho. Ela diz que “quer ver o burquinho do chocolate”. Apesar de não ser fácil desistir de mexer com o que é doce, pois ela é “uma dentucinha que nem a Mônica”, Gabriela terá que metabolizar os significantes através do desafio, ou da agressividade, para conseguir inscrever os significantes doados, apropriando-se deles para construir uma diferença. Porém, o pai lembra que nesse burquinho, nessa brincadeira de imaginarizar como é que é, terão que colocar uma tampinha, a tampinha do esquecimento operado pelo recalçamento.

Prosegue dizendo: “Descascar mais, descascar mais... picadinho, soltei um pum!... Estou cortando... quero desenhar, quero desenhar, quero uma caneta, tirar” (a tampa da caneta). Passa a desenhar num dos pedacinhos do ovo triturado. Nesse momento, o pai oferece uma folha para desenhar. É essa ameaça (representada pela Bruxa Má) de trituração que evidencia o risco da perda de partes do corpo (e escapa um pum), vivência subjetivo-corporal que coloca a necessidade da renúncia, da perda do objeto indevido (“estou cortando” expressa o que quer dizer: é preferível aderir à castração). Isso a leva a tentar recuperar aquele objeto através do desenho (“quero desenhar, quero uma caneta, tira a tampa”). Apela assim ao recurso imaginário de reaver o objeto, simbolicamente perdido, pela via do desenho, usufruindo, então dos benefícios da castração simbólica (em lugar de sofrê-la) e obtém assim o aditamento de se apropriar de um novo campo de representação do objeto.

Quando ele chega com a folha, ela já se encontra desenhando em suas próprias mãos “coração e bolinhas”. E, também, o faz na mão do pai “coração e bolinha”, e garatuja nela o seu nome: “Gabriela”. Passa a desenhar nas mãos deles as “bolinhas” (nas pequenas crianças a forma redonda das “melancias”, dos seios, dos ovinhos configuram suportes para a simbolização da condição feminina de gestar e alimentar os filhos). As “bolinhas” tornam-se o agente significativo dos filhos, produtos deste amor que seu pai sustentou para fomentar a tarefa de simbolização, empreitada a partir da qual consegue ganhar seu nome próprio: “Gabriela”. Começa a cantar “sempre amiga assim é Magali, comilona igual, eu nunca vi”... “Horacio, Horacio”... “Sou a Mônica, sou a Mônica, dentucinha e sabichona”. Tira as sandálias, apesar de o pai se opor, chamando pela mãe (que já tinha saído). O pai pergunta se ela quer o colinho da mamãe e ela responde que sim. Dá para o pai um “presente, moeda, um cheque, para pagar dodoíinha”. Passa a pular no colo do papai e diz: “pulei no papi”.

Aparece aqui o ganho simbólico aportado pela decisão de acolher a castração; em decorrência disso, surge a continuidade identificatória com as outras mulheres, através da preservação do laço amoroso com a sua mãe. A separação, efeito da castração, permite-lhe entender, ao mesmo tempo, os outros e se entender, conseguindo filosofar acerca da narrativa da novela familiar. Desse modo, torna-se um sujeito qualificado como seu ídolo, Mônica, aquela que sabe colocar em prática o saber inconsciente delegado para ir armando um projeto simbólico para sua vida, no qual lhe seja possível *perder ganhando*. Por esse legado simbólico, ela sente-se em dívida com seu pai, por ele ter possibilitado metaforizar o drama através do qual é possível escrever, entendendo através da sua narração das teorias sexuais infantis o sentido da sua vida (Freud, [1908]1976b). A teorização é retomada e ampliada por Bergès e Balbo (2001). Por isso, agradece por ele ter conseguido “entender”, inconscientemente, sua “dodoíinha” – essa “loucura” provocada por sua dor, “a dor da doidinha”, a dor de ter de esquecer aquilo que, caso ela continuasse insistindo, a deixaria “doidinha”. Conseguiu entender, via saber inconsciente, que caso ela teimasse em não renunciar, teria de enfrentar o pavor da loucura⁸.

⁸ Como Bergès, J. e Balbo, G. (2001) resumem que o trânsito à subjetividade se dá através da sexualização da teoria na infância (da teoria acerca de onde vêm as crianças) à sublimação parcial da pulsão através da pulsão de investigação, com o simultâneo recalçamento da pulsão de morte. No entanto, quando esse recalçamento não opera, não acontece a formulação das teorias sexuais infantis, porque a teoria do nascimento das crianças não seria sexual (o nascimento se daria pelo autoengendramento ou numa relação com Deus), razão pela qual a libido busca um outro alvo que não o sexual: a pulsão de morte.

Diferenciando o desenho do desenhar, podemos considerar o desenho como ato. Através de Gabriela, constatamos que, na sua produção, a criança se expressa com sua mão para além da consciência. A mão é a ferramenta que ganhou, na passagem do estágio do espelho (momento em que a mãe, no exercício da função materna, terá de sustentá-la, legitimando a descoberta da mão) ao momento da Pequena Criança. Com isso, há um outro estatuto para a mão, utensílio psíquico e corporal que lhe permitirá administrar o laço parental e familiar, podendo, a partir de agora, ampliar o laço social na diacronia, enquanto constrói a realidade. A mão é o instrumento que ela se ocupa em “preparar”, apropriando-se dela ao rabiscá-la ou pintá-la.

Ato que Gabriela também mostra ao pintar as mãos do protagonista principal dessa cena, seu pai, suporte e apoio, além de destinatário, dessa construção. Torna-se um saber que provém das marcas corporais registradas desde o estágio fetal no contato carnal, afetivo e simbólico com a mãe, até a época do domínio da linguagem, por volta dos três anos. A partir daqui, essas marcas recalçadas continuarão a se manifestar como revivências durante a vida do adulto. Com isso, nos deparamos com o desenho como ato de inscrição gráfica do Outro. Ato de apropriação-inscrição que é estratégia de desafio aos significantes doados e sustentados pelas funções parentais. Nesse sentido, o desenho reuniria o eixo diacrônico e o eixo sincrônico próprio à linguagem.

Mas a inscrição, agora na dimensão do traço simbólico, se diferencia da marca imaginária. No trabalho de leitura psicanalítica vemos esse sujeito inaugural ocupado em continuar trabalhando na apropriação simbólica da representação do si mesmo.

Gabriela se ocupou muito bem em exemplificar esse desenvolvimento e, através da interpretação, podemos entender os desenvolvimentos lacanianos do Eu como instância imaginária de desconhecimento, de ilusão, de alienação, sede da identificação e das relações duais, portanto do amor, do ódio e da agressividade (diferenciadas somente quando marcadas pelo simbólico na sincronia). Tais aspectos se diferenciam do sujeito do inconsciente, instância simbólica, autônoma em relação ao Eu. Portanto, a inscrição no inconsciente possibilita o enlace ao registro do simbólico, campo da linguagem, do significante. Esse Outro, através do qual o sujeito poderá se constituir, antecede a ele, já que o inconsciente é o discurso do Outro e o desejo é o desejo do Outro.

É no registro do inconsciente que o analista terá de operar, através da fala (como função, a cadeia do discurso, do sujeito), pois será nela que o inconsciente se manifestará, através das formações do inconsciente (atos falhos, chistes, sonhos, da cadeia do significante, o discurso do sujeito do inconsciente). Em consequência, o desejo, produto da falta operada pela lei (interdição do incesto),

sustenta o registro do simbólico. Já o real estará constituído pelo Outro terrificante, que persiste em mergulhar o bebê, a criança e o adolescente, num universo informe, carente da intervenção estruturante do significante. Disso se deduz que o objeto é sempre metonímico. O objeto do desejo é necessariamente objeto do desejo do Outro, sempre objeto do desejo disso que falta e que foi perdido primordialmente, fato que determina a sujeição do sujeito ao significante. Assim sendo, não há significação a não ser metafórica, pois ele surge da substituição de um significante por outro significante na cadeia simbólica. E, algumas vezes, encontramos a produção de palavras que, ao mesmo tempo, apresentam um valor metonímico e metafórico e que, por isso, carregam uma significação.

Nas pequenas crianças, com função simbólica, encontramos o prazer de construir e inventar palavras recalcentes, apropriando-se do recurso que manifesta liberdade de expressão, possível pela função simbólica à qual a criança se acolhe, além de usá-las para assegurar o recalçamento.

À diferença dos casos anteriormente trabalhados e à produção da pequena criança que apresentarei a seguir, encontramos, crianças com sintomas clínicos muito restritivos. Por exemplo, com mutilações imaginárias, que mostram a possibilidade de comunicação pelo desenho ou recursos antes citados (modelagens incipientes ou manchas com pintura) se constituírem numa carcaça de comunicação. Assim, necessitam apoiar-se nas palavras e na intervenção do analista para, através do brincar ou do desenho, sustentarem a relação transferencial.

Um exemplo do uso das “palavras recalcentes” é dado por uma analisante, que chamaremos Raquel, de três anos de idade. Quando contava com dois anos foi diagnosticada com paralisia cerebral leve, com sequelas de hemiparesia esquerda.

Numa sessão, ela chega querendo desenhar “uma minhoca. Uns ‘talhaços’. E H de Cecília, minha colega, e a Cecília nem é a minha amiga, é amiga da Nina. Uma mão. Essa mão que é como um bicho de mão”.

Chega contando que hoje vem tentar entender isso dos “talhaços” na minhoca. Constatou que seu corpo foi cortado (lesão real, orgânica) e precisa compreender como isso se relaciona com as diferenças que ela não gostaria de saber, pois gostaria que o H (H de homem) fosse das meninas. Isso que foi talhado provoca muito ressentimento, a ponto de começar a ver sua mão como algo monstruoso.

Pergunto: – “Como é esse bicho de mão?”

“Esse bicho de mão é como um pai, porque é grande... Estou fazendo um monstro, que nem o que o mano faz. Vou fazer agora uma borboleta. Vai ficar enrolada no porão. E uma cobra com três ‘combes””.

“O que são os ‘combes’?”

“As ‘combes’ são como as ‘giges’. É uma borboleta no porão. O minhocão e a ‘salase’. Estou fazendo um monstro de tinta, e não é de verdade! É o monstro do pai que tem. Está escondido atrás do binóculo dele”.

Tinha pintado sua mão de cor de rosa e, a seguir, pinta de preto. Ela também constata que essa maneira de ver sua mão está contaminada da forma como o seu pai vê sua mão, na qual ela teme ficar enrolada, aprisionada, como a “borboleta no porão” (suporte do significante da função simbólica). Borboleta insere-se como inseto leve e sutil, semelhante à matéria da qual é feito o simbólico, e alude à feminilidade nas meninas.

“Ver a tua mão como um bicho de mão te vem do pai...”. Aqui ela diz que a lesão fantasmática não vem dela, que vem do pai, porém teme se contaminar por ela. Nesse momento pega outra folha, sobre a qual cai um pingo de tinta preta.

– “Alguém pintou aqui”.

– “Então vamos trocar a folha, porque não pode alguém pintar tua mão de preto, de bicho de mão. Tu escolheste que ela seja cor de rosa”...

– “Estou pintando as unhas de marrom. E de preto e de rosa. É que o mano não gosta de rosa! Silvia, não fui eu que pinteí, o pincel caiu...”.

– Tu dizes que não foste tu que escolheste a cor de rosa, mas que ela surgiu pela queda do pincel.

No fim da sessão, ela, além de se perguntar se o H é delas porque lhes foi arrancado (mutilação peniana), se pergunta se foi esse mesmo corte que faz com que ela veja a sua mão como um bicho de mão, ou isso lhe acontece porque a enxerga através da ótica do pai (lesão fantasmática). Constatamos que a ferida narcísica da mutilação peniana está potencializando a lesão fantasmática.

O objeto do desejo, que é eminentemente produtivo, é aquilo que nos faz interrogar a peculiaridade da nossa existência para projetar a vida através da criatividade pela identificação com o Outro. Essas três crianças colocaram em evidência que a função interrogativa, instrumento da gestação das teorias sexuais infantis, já está presente no bebê, quando introduzido na cultura, através dos pais em condições psíquicas para exercerem as funções. Para tanto, é necessário que elas funcionem na antecipação simbólica, motivando o bebê, desde o início da sua vida, a participar segundo a modalidade subjetiva deles. Em consequência, desde suas primeiras atividades corriqueiras, ele será pulsado pelos interrogantes “O que eles querem?” “O que eles querem de mim?”, assim como também “E o que eu quero para mim?”

Podemos então pensar que, na infância, o brincar e o desenho surgem como efeito da castração, e que são formas de expressão simbólica através das

quais é possível para a criança expressar seu discurso inconsciente (Lacan, [1957-1958] 1999). E que, pelo laço transferencial, assim como o laço parente-filial, configuram espaços que funcionam, para a pequena criança como facilitadores das produções infantis. Tal espaço tem como objetivo o cultivo da versão simbólica da subjetividade, no sentido da sua inscrição pela singularidade. Sendo que essas crianças, através da transferência, também se dirigem ao Outro, através do analista, supondo nele a capacidade de leitura e de interpretação que favorece a significação, portanto, a expansão da função simbólica através da metáfora paterna, ferramenta que garante a possibilidade de manter velados os significantes na sua mutação metonímica.

Em consequência, para concluir, essas modalidades de manifestação – o desenho e o brincar – constituem na infância equivalências das formações do inconsciente nos adultos.

REFERÊNCIAS

- BERGÉS, J.; BALBO, G. *A atualidade das teorias sexuais infantis*. Porto Alegre: CMC Editora, 2001.
- FREUD, S. Três ensaios sobre as teorias da sexualidade [1905]. In: _____. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a, v.VII. p. 123-253.
- _____. Sobre as teorias sexuais das crianças [1908]. In: _____. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976b, v.IX. p. 213-230.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente* [1957-1958]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.
- _____. *O seminário, livro 8: a transferência* [1960-1961]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992a.
- _____. *O seminário, livro 20: mais, ainda* [1972-1973]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992b.

Recebido em 18/10/2011

Aceito em 06/01/2012

Revisado por Otávio Augusto Winck Nunes

TEXTOS

NOTAS DO INFANTIL¹

Heloisa Marcon²

Resumo: O artigo apresenta duas dimensões da música que são constitutivas do sujeito. A primeira concerne ao que a linguagem maternante porta de estrutura da linguagem; a segunda concerne ao que, pela própria estrutura da linguagem, escapa sempre ao dizível – dimensão esta da voz como pura música ou da voz como objeto *a*.

Palavras-chave: psicanálise, música, matriz simbólica, objeto *a*, recalçamento originário.

NOTES OF INFANTILE

Abstract: The article presents two dimensions of the music which are constitutive of the subject. The first is about what the mothers' language has of the language structure; the second is about what, through the language structure, always escapes the utterable – it is the dimension of voice as pure music or voice as object *a*.

Keywords: psychoanalysis, music, symbolic matrix, object *a*, original repression.

¹ Trabalho apresentado na Jornada de Abertura da APPOA: O Infantil na Psicanálise, realizada em Porto Alegre, abril de 2011.

² Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA); Mestre em Filosofia/UFRGS. E-mail: heloisamarcon@yahoo.com.br

“A música desperta o tempo; desperta a nós [...]”

Thomas Mann

O objetivo deste trabalho é trazer algumas notas do que nós, psicanalistas, estamos escutando da música do infantil.

Quais as notas do infantil? O que da voz, do grito e da fúria, ao ronronado carinhoso, incide na matriz simbólica do sujeito? E o que escapa dali e retorna para nos assombrar?

Quero chamar a atenção para o que vou nomear aqui de duas dimensões distintas da música que incidem sobre o sujeito e tomarei emprestadas de Ítalo Calvino as duas metáforas para apresentá-las.

A primeira dimensão da música me surge negativamente, isto é, a partir do que ela não é. Ela diz respeito ao contrário do que Ítalo Calvino atribui ao poeta Leopardi³ como milagre: “aliviar a linguagem de todo seu peso até fazê-la semelhante à luz da lua” (Calvino, 1990, p.37). Então, essa primeira dimensão da música concerne ao que a linguagem maternante porta de estrutura da linguagem – aí o peso da linguagem – e funda a matriz simbólica no *infans*, implantando no organismo do filho um funcionamento significante mínimo. Vejamos como isso se dá.

Ângela Vorcaro (2005) apresenta no texto “Incidência da matriz simbólica no organismo – condição necessária ao advento da fala” os dois momentos de implantação dessa matriz. O primeiro momento ela nomeia de alternância circular e recíproca, porque o organismo da criança vai do estado de tensão para o de apaziguamento e deste para o anterior, sem que haja propriamente intervalo, isto é, uma ausência; há sempre a presença da tensão ou imediatamente a presença do apaziguamento. Trata-se da relação de mera oposição alternante que se sobrepõe em continuidade recíproca, ou seja, os termos se determinam reciprocamente na relação diferencial em que um reenvia ao outro em continuidade. Isso “é o que sustenta a condição mínima para a possibilidade simbólica estrutural, ou seja, ao que virá a ser um sistema que não conhece igualdades” (Vorcaro, 2005). Isso, porque aqui os dois termos já se opõem; então já não são iguais, mas só são algo, um em oposição ao outro. Claro que quem promove a passagem de um estado ao outro, ou de um termo ao outro, é a mãe, que lê as manifestações orgânicas do filho como mensagens. “As manifestações

³ Giacomo Leopardi (1798-1837) é considerado por muitos o maior poeta romântico italiano e um dos melhores líricos da literatura ocidental.

vitais são signos, marcas que representam um sujeito para alguém, ou seja, a mãe antecipa uma posição de sujeito aderida ao ser” (Vorcaro,2005). O grito do bebê, inicialmente apenas manifestação de seu fluxo vital, grito de necessidade, é transformado pela mãe em demanda de um sujeito. “Na fugacidade desse ato de supor um sujeito no grito situa-se o ponto de inseminação no simbólico” (Vorcaro, 2005). Dessa forma, o grito, mesmo se for repetido idêntico pelo filho, vai ser lido de forma diferente pela mãe, avançando “na direção significativa, uma vez que muda de valor a cada emissão” (Vorcaro, 2005). Inevitavelmente, em algum momento, haverá um desencontro, e o termo alternante que devia comparecer vai vir cedo demais ou tarde demais e vai ficar excluído. E, então, o *infans* ocupará essa posição vazia com seu grito. Mas agora, nesse segundo momento, momento de escansão, momento em que se explicita a impossível sustentação da automaticidade tensão-apaziguamento, o grito e a coisa se desconectam um do outro, e o grito surge como a primeira substituição do *infans*!

Isto que se desprende como grito, que se separa do corpo passando por um orifício do corpo, ultrapassa a função fonatória do organismo, é referência invocante, resquício de um objeto indizível, que faz dessa emissão o que não se pode dizer (Vorcaro, 2005).

O grito busca recuperar o que estava antes ali e agora não compareceu, busca apagar a falta na qual para sempre o sujeito estará, no intervalo diferencial que mobiliza o ciclo da repetição no campo do desejo. E “...o que o faz surgir sujeito ao campo do Outro é um significante binário, por articulá-lo (S2) com o que o teria satisfeito (S1)”(Vorcaro, 2005). Então, o que faz o sujeito surgir como sujeito ao campo do Outro é o grito, S1, ser lido e interpretado pela mãe, e nessa medida ele já ser S2 ali no campo do Outro, estando apenas nessa medida (através da leitura da mãe) articulado ao S1, ao que o teria satisfeito. Dado que vimos que o grito e a coisa já se desprenderam, então o S1 não é propriamente o representante da coisa; é, antes disso, o traço da falta da coisa. É nesse sentido que se pode dizer que o sujeito é arrancado de sua imanência vital e lançado no campo do desejo, ficando, a partir de então, a buscar ou dizer disso que o teria satisfeito (S1) a partir dos S2.

Dessa forma, da univocidade de signos e da transparência da linguagem do primeiro momento (da alternância circular e recíproca),passamos, nesse segundo momento, para a emergência da equivocidade e da opacidade da linguagem, uma vez que haverá, para sempre, um indizível, verdade perdida e irrecuperável no jogo de significantes em que entrou o sujeito a partir de S1-S2.

Rousseau e Wittgenstein gritaram até a morte e só conseguiram dizer do irrecuperável S1 através dos equivocados S2!⁴.

Lembrei de uma situação clínica. Coordeno uma oficina de música⁵ e, naquele ano, nesse espaço, compúnhamos músicas, algumas vezes coletivamente, e noutras, alguns se arriscavam num solo. Numa dessas vezes, um paciente chega inspirado e já sugere o tema e já sai improvisando algo tipo um *rap*. Ele foi falando/cantando uma frase após a outra. E nós fomos anotando como foi possível a letra que ele ia fazendo e, depois, organizamos o ritmo, isto é, algo com uma estrutura que, enquanto tal, delimita intervalos, pausas, respiros. No entanto, mesmo depois dessa estrutura rítmica ensaiada com ele, ele seguiu cantando uma frase emendada na outra, independente do que determinava o ritmo. E assim o fez uma vez após outra, até que fizemos o seguinte: ele cantava a frase e nós contávamos o intervalo até chegar o momento de ele entrar com a próxima frase. Funcionou! Claro que não estou afirmando que esse sujeito tenha se estruturado sem a matriz simbolizante, que seu corpo não tenha sido marcado de alguma forma pelo ritmo, por algum mínimo intervalo, tanto que ele fala – e muito, sem parar, tudo levando a tudo, sem uma amarragem central, organizadora e limitadora; trata-se de um psicótico –, mas me é impossível não lembrar da alternância circular e recíproca do primeiro momento de constituição da matriz simbólica, porque ele não conseguia, sozinho, manter o ritmo, pois o ritmo é feito de intervalo. Do ritmo, do tempo, só participa plenamente, ou seja, só é habitado, atravessado, o sujeito que for estruturado a partir do intervalo instaurado no momento em que a automaticidade tensão-apaziguamento cai por terra e o sujeito, barrado pela língua materna, é lançado no campo do desejo. A hipótese sustentada por Didier-Weill para a psicose vai, justamente, na direção disso que

⁴ São dois filósofos que, cada um a seu modo, acreditaram e trabalharam intensamente no desenvolvimento de teses que pretendiam demonstrar a possibilidade de uma linguagem sem equívocos – Rousseau, a partir da idéia da transparência da linguagem, e Wittgenstein, a partir da pretensão de formalização de toda a linguagem. Eles queriam evitar a todo custo a equivocidade da linguagem e mantê-la no nível da univocidade dos signos.

⁵ Trata-se de uma oficina terapêutica sob minha coordenação, que acontece num CAPS II, uma vez por semana, por uma hora e meia, e tem a participação de usuários desse serviço e residentes do Programa de Residência Integrada em Saúde. A proposta da oficina, basicamente, é estarmos ali reunidos e nos relacionarmos, tendo a música como ponto de ligação. A oficina muda todo ano, de acordo com os participantes. Dessa forma, em alguns momentos da mesma, trabalhamos apenas em composições do grupo e, em outros momentos, apenas cantamos e tocamos as músicas sugeridas pelos participantes.

aparece como impossibilidade para esse paciente da oficina de música. Afirma ele: “[...] a forclusão psicotizante é justamente uma forclusão desse enxerto do tempo” (Didier-Weill, 1997, p. 257). Lembremos que, para Lacan, a operação constitutiva da psicose é a forclusão, enquanto a da neurose é o recalçamento.

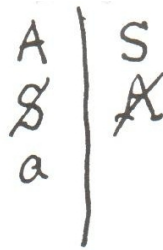
A voz como música, mas ainda nessa primeira dimensão da música, ou seja, com o peso da estrutura da linguagem, é a voz da mãe que fala com o filho e o chama a entrar na linguagem, aproximando-se das condições de apropriação dele: quando ela usa da prosódia ou do mamanhês, ou seja, quando ela fala

[...] com uma entonação que se caracteriza pela grande incidência dos picos prosódicos, pela sintaxe simplificada, pelo uso de diminutivos, pela evitação de encontros consonantais – frequentemente suavizados por substituição de fonemas –, pela repetição silábica e pelo uso de um registro de voz mais alto que o habitual (Jerusalinsky, 2004, p. 206).

Mas essa prosódia da voz da mãe só funciona, isto é, só tem função estruturante, quando invoca realmente o filho; quando, ao falar com o bebê em mamanhês, a mãe faz intervalo, porque supõe ali um sujeito e espera dele uma resposta. Só assim ela o invoca. Ela assim o faz, portanto, pelo ritmo e pelo tom, e não pelo conteúdo! Claro que, com isso, alguns significantes, e não outros, vão ficar marcados. “A musicalidade presente na fala da mãe, seus picos prosódicos e seus silêncios vêm sublinhar inconscientemente certos pontos significativos do que é dito” (Jerusalinsky, 2004, p. 208). Apesar de o mamanhês ser feito de termos compartilhados entre mãe e filho, que nem sempre existem na língua – nesse sentido ele estar fora da lei –, pode-se pensar, junto com Julieta Jerusalinsky, que o mamanhês “[...] fica situado como um efeito de tal castração” (Jerusalinsky, 2004, p. 210), a castração sendo (como vimos acima quanto a S1-S2) a falta do objeto inerente à estrutura da linguagem. Por intermédio do mamanhês se começa a nomear e diferenciar coisas, mas não se consegue dizer tudo com ele, ficando preservado o equívoco e o indizível. O mamanhês, então, não é, ainda, um bom exemplo da voz como pura música, pois ele está mais do lado da fala do que do lado do que falta a ela; eles (mãe e filho) estão realmente ocupados com os sentidos daqueles sons, que o signo ‘mama’ funcione para designar a ‘mamadeira’ para ambos.

Como efeito da fundação da matriz simbólica temos, então, o que, pela própria estrutura da linguagem, escapa sempre ao dizível, temos o que arrisquei nomear de segunda dimensão da música, que incide sobre o sujeito. Tal dimensão, sim, seria propriamente a do milagre de Leopardi (da leveza),

apresentado por Calvino na escolha da seguinte imagem: “a voz de uma mulher que canta na janela” (Calvino, 1990, p. 37). Trata-se da voz como pura música, como o que Harari (1997) apresenta como o que falta à fala. Trata-se, portanto, da voz como objeto *a*, como isso que sobra na operação de surgimento do sujeito no campo do Outro, e que resiste à significantização, conforme Lacan ([1962-1963] 2005, p. 36) apresenta no primeiro esquema da divisão do Outro e do sujeito no Seminário “A Angústia”.



Primeiro esquema da divisão

A voz como pura música ou a voz como objeto *a* é a voz como objeto da pulsão invocante, cujo circuito se dá, como propõe Jean-Michel Vives (2009), entre um “ser chamado”, um “fazer-se chamar” e um “chamar”. Mas, para chamar, é preciso oferecer a voz, é preciso dispor de sua voz, sem ser obstaculizado pela voz do Outro. E, como sabemos, esse pode ser todo o problema – conseguir não ser obstaculizado pela voz do Outro. Podemos pensar nas diversas situações em que a fala do Outro pode tomar o estatuto de mandamento e funcionar como interpelação nas situações de passagem a ato ou nos surtos psicóticos. Vives nos oferece um exemplo preciso da voz como objeto *a* e da possibilidade de modificação do lugar do sujeito no circuito da invocação num início de tratamento.

Étienne veio se consultar depois de uma tentativa de suicídio ocorrida em estranhas circunstâncias. Depois de ter recebido um telefonema de sua mãe, de quem, uma vez mais, parece ser o objeto de ásperas advertências, “eu vim me tratar, diz ele, de todos os nomes de pássaros” desliga e impõe-se, então, a ele, a certeza que deve pôr fim a seus dias... Esse ato não se concretiza, visto que sua companheira o encontrou inconsciente, porém vivo. O que se pode dizer ao sujeito acerca das circunstâncias de sua tentativa de suicídio, durante a nossa primeira entrevista, é que

ele ficou sem voz diante das ondulações sonoras das palavras maternas e o mais estranho é que ele não reconheceu a voz de sua mãe, quando esta lhe tinha aparecido estranhamente diferente. Parece interessante que, durante a primeira sessão, o paciente introduza o animal e mais particularmente o pássaro, de quem se tem o hábito de associar à voz, para tentar considerar o que especifica sua relação com a mãe. O animal, sendo absolutamente estranho ao significante, ao ser introduzido logo na nossa primeira entrevista, fez o paciente pressentir que alguma coisa naquilo que escuta do discurso de sua mãe, escapou ao registro da palavra: o que escapa é a voz. Algumas semanas mais tarde, ele esclarecerá esse aspecto, dizendo: “eu disse, inicialmente, que não tinha reconhecido a voz dela, ora parece-me mais justo dizer que ouvi sua voz, mesmo que não saiba muito bem o que eu quero dizer. Com efeito, acrescenta ele, eu a ouvi novamente quase no fim, mas desta vez, isso era diferente, eu também falava alto e mais forte que ela (Vives, 2009, p.188-189).

Vives levanta a questão do estatuto delirante da certeza de Étienne para se matar, lembrando da proximidade do funcionamento superegoico com a alucinação auditiva. Edith Lecourt (1997) recolhe da escrita de Freud, um precioso trecho a esse respeito:

O que havia incitado o sujeito a formar o ideal do eu [supereu], cuja guarda é entregue à consciência moral, era justamente a influência crítica dos pais, *tal como é transmitida pela voz deles* [...] (Lecourt, 1997, p. 51; grifo meu).

A voz da mãe de Étienne, que retorna na dimensão de objeto *a* no Real, naquele momento, invadiu totalmente o sujeito – que pôde, num segundo momento, procurar o analista. Algo ali, naquele momento, não fez intervalo na “[...] continuidade monstruosa estabelecida entre a voz do Outro e o mutismo que ela provoca no sujeito” (Vives, 2009, p. 190). Lembra-se da continuidade recíproca entre tensão-apaziguamento?

No caso desse paciente, o estofo desse Supereu reduz-se a um fragmento de voz desatrelado de suas amarras simbólicas, o mais próximo do objeto errático denominado, na teoria lacaniana, objeto *a* (Vives, 2009, p. 192).

Diante dessa injunção, o paciente ficou sem voz, afundando-se num silêncio mortífero, “[...] presença absoluta que ainda não teria a efração da pulsação criada pela alternância presença/ausência” (Vives, 2009, p. 193). Lembram-se da presença alternada – presença da tensão, presença do apaziguamento que ainda não é presença/ausência?

Mas um intervalo estava instaurado e em funcionamento em Étienne, mesmo que tenha sincopado ou pausado no momento da passagem ao ato dele na tentativa de suicídio. Lembram que ele contou que, ao final da ligação telefônica, ele gritou com a mãe, falou mais alto e mais forte que ela? Então, “[...] ele tenta cobrir a voz da mãe com a sua” (Vives, 2009, p. 193). Ele tenta cobrir ou fazer calar a voz da sua mãe como objeto *a* no Real.

Assim quando a voz se desvela como apelo impossível de ser respondido, o sujeito é, então, confrontado ao real. Pode então, seja, escolher ingressar no simbólico, “abrindo a sua garganta” como esse paciente podia fazê-lo, ou decair no real, tornando-se o “lixo”, o “dejeto”, “a merda”, [...] aquilo que interpreta como sendo o desejo do Outro (Vives, 2009, p. 194).

Mas o que possibilita responder diferentemente ao impossível apelo da voz do Outro como objeto *a*? Dito de outro modo, o que possibilita fazer uma barreira a essa pulsão cujo componente corporal não tem como fechar – o ouvido? Ou ainda: como tornar-se surdo à pura continuidade vocal do Outro?

Vives, seguindo Didier-Weill, propõe o recalçamento originário como sendo o que faz toda diferença. Ele não fala diretamente do recalçamento do traço unário, como o faz Didier-Weill⁶, mas parece propor uma metáfora para tal recalçamento: o ponto surdo (ao invés de ponto cego) – esquecimento do timbre originário, surdez ao real, que é o som musical da voz. Dessa forma, depois de estruturado o ponto surdo, “O sujeito que era invocado pelo som originário, tornar-se-á, pela palavra, invocante. Nessa reviravolta de situação, o sujeito conquistará sua própria voz” (Vives, 2009, p. 197). E ficará, de quebra, protegido das alucinações auditivas.

⁶ Conforme trabalhei no texto *Notas da pulsão*, em Fundamentos da Psicanálise, Revista da APPOA, n. 31, dezembro/2006, p. 68-75.

O ponto surdo, estruturado por intermédio do recalçamento originário, é como um intervalo silencioso a partir do qual o sujeito pode surgir para produzir som – grito, palavra, fala ou ronronado carinhoso (como na insondável nostalgia da voz de Billie Holiday, quando canta o amor impossível do Outro por ela⁷).

REFERÊNCIAS

- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIDIER-WEILL, Alain. *Os três tempos da lei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- DIDIER-WEILL, Alain. *Nota azul: Freud, Lacan e a arte*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1997. p.57-104.
- HARARI, Roberto. *O seminário "A angústia" de Lacan: uma introdução*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997, p.188.
- JERUSALINSKY, Julieta. Prosódia e enunciação na clínica com bebês: quando a entoação diz mais do que se queria dizer. In: _____. *Quem fala na língua?* Salvador: Ágalma Editora, 2004.
- LACAN, Jacques. *O seminário ,livro 10:a angústia [1962-1963]*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2005.
- LECOURT, Edith. *Freud e o universo sonoro*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- Mann, Tomas. *A montanha mágica*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 2006.
- VIVES, Jean-Michel. A pulsão invocante e os destinos da voz. *Psicanálise & Barroco em revista*, Juiz de Fora, v.7, n.1: 186-202, jul. 2009.
- VORCARO, Ângela. Incidência da matriz simbolizante no organismo – condição necessária ao advento da fala. Disponível em: < [http://www.freud-lacan.com/Champs_specialises/ Presentation/ Incidencia_da_matriz_simbolizante_no_organismo](http://www.freud-lacan.com/Champs_specialises/Presentation/Incidencia_da_matriz_simbolizante_no_organismo)> Acesso em: 16 out. 2011.

Recebido em 03/01/2012

Aceito em 01/03/2012

Revisado por Maria Ângela Bulhões

⁷ Conforme Didier-Weill, Nota azul, p.74-75 "É sua aptidão a supor no Outro um amor rasgado, impossível, que secundariamente rasga o Sujeito e faz dele, para além de um sujeito amado, um sujeito amante."

TEXTOS

HANS – UMA ANÁLISE DO INFANTIL

Gerson Smiech Pinho¹

Resumo: Este artigo aborda as particularidades do tratamento psicanalítico quando se situa dentro do período denominado *infantil*, bem como alguns dos problemas cruciais que o sujeito encontra nesse tempo de sua constituição. Para tanto, toma como eixo da discussão o caso do pequeno Hans, de Freud, e a retomada que Lacan fez do mesmo.

Palavras-chave: infantil, recalçamento, pequeno Hans, psicanálise de crianças, teorias sexuais infantis.

HANS – AN ANALYSIS OF THE INFANTILE

Abstract: This article discusses the particularities of psychoanalytic treatment when this lies within the period named *infantile*, as well as some of the crucial problems that the subject deals at this time of his constitution. To do so, it takes as a discussion axis the Freud's case of Hans, and the the resumption that Lacan made of this case.

Keywords: infantile, repression, little Hans, psychoanalysis of children, children's sexual theories.

¹ Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA); Membro do Centro Lydia Coriat; Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). E-mail: gersonsmiech@gmail.com

A descoberta freudiana revelou o caráter de enigma que organiza a estrutura do sintoma. Enigma muito particular, diga-se de passagem, pois o sujeito que o produz é o único que detém a chave capaz de decifrá-lo. Seu sentido emerge na medida em que aquele que dele padece se dispõe a falar no espaço de uma análise. Através da fala em livre associação, uma significação velada, até então recalçada, vem à tona e pode aparecer. Assim, a cada nova experiência de análise, mais uma vez constatamos que sintoma e recalque andam sempre de mãos dadas.

Na clínica psicanalítica com crianças, porém, é frequente encontrarmos situações com nuances um pouco diferentes. Quando se trata de alguém nos primeiros anos de vida, temos a particularidade de transitar por um tempo anterior ao recalçamento, ou, ao menos, prévio a seu acabamento. A singularidade dessa experiência reside no fato de acompanhar a neurose infantil em sua constituição, bem como o estabelecimento do processo de recalque em seus primórdios. Em tais circunstâncias, quais particularidades seriam possíveis de pensar em relação ao trabalho de análise, já que o recalçamento ainda não está concluído? E, ainda, quais consequências implicariam na direção do tratamento?

Ao abordar a articulação entre tempo e inconsciente, Bernardino (2004) situa o *infantil* como o tempo entre o recalque originário e o recalque propriamente dito do Édipo. Nele se situam a inscrição dos significantes primordiais, a organização do fantasma fundamental e o trânsito pelo complexo de Édipo, constituindo o inconsciente. É a época do estabelecimento da neurose infantil e da estrutura do sujeito.

Lévy (2008) também propõe situar com maior precisão a ideia de *infantil* enquanto conceito psicanalítico. Segundo esse autor, o termo *infantil* circunscreve o momento da constituição do aparelho psíquico e de um sujeito do inconsciente, delimitado pelo período de construção do recalque e da constatação de um “não ainda” totalmente recalçado. Recobre a época em que a criança está “na espera” por um recalque completo, assim como por sua constituição no limite da metáfora. Corresponde à fase anterior à latência, caracterizada pelo primeiro tempo de organização da sexualidade, pelo desdobramento do complexo de Édipo, e que é posteriormente soterrado pela amnésia que cobre os primeiros anos de vida.

Partindo da definição colocada por esses autores, podemos recolocar as perguntas feitas anteriormente e interrogar as particularidades do trabalho psicanalítico e da direção do tratamento quando operamos dentro do período denominado *infantil*. Para que possamos nos aproximar dessas questões, é também necessário situar os problemas cruciais que o sujeito encontra nesse tempo de sua constituição e com os quais nos confrontamos ao abordá-lo na análise. Este é o tema que proponho percorrer neste escrito.

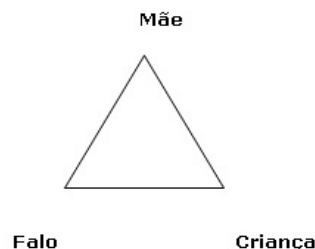
Ao longo da discussão, vou me reportar ao texto de Freud ([1909]1980), a respeito do caso do pequeno Hans, bem como à extensa retomada que Lacan (1992) fez dele em seu seminário *A relação de objeto e as estruturas freudianas*. Tomo como pressuposto que o tratamento de Hans é paradigmático de uma psicanálise no período infantil, não só pela idade em que o paciente se encontrava, mas porque nela observamos os elementos fundamentais pelos quais o sujeito transita nesse tempo de sua constituição.

O jogo imaginário com a mãe e o primeiro despertar pulsional

É impossível precisar o ponto de origem para o nascimento de um sujeito – o “marco zero” –, que definiria o início de sua existência. Se o instante do parto é o momento de aterrissagem de qualquer humano no mundo, os vetores de seu destino já estão traçados desde muito antes, no inconsciente daqueles que tramaram seu surgimento. No discurso parental, estão antecipadas as linhas mestras que irão desenhar o caminho a ser trilhado por esse que inicia seu percurso pela vida. Diante desse espaço virtual, gestado pelo desejo do Outro, o recém-chegado teria como incumbência inicial dar forma a algum modo de preenchimento desse lugar.

Na organização do primeiro laço amoroso que irá partilhar, a criança necessita se oferecer como objeto de amor à mãe e se certificar de que produz prazer e satisfação a ela. Para a criança, é uma experiência fundamental verificar se sua presença governa, mesmo que de forma parcial, as idas e vindas daquela de quem tanto precisa. Segundo Lacan (1992), frente ao desejo materno, insaciável em seu fundamento, a criança toma o caminho de fazer-se, ela mesma, com todo seu corpo, o objeto que supostamente poderia satisfazer à mãe.

Na medida em que a inveja do pênis está no centro do desejo materno, a criança se apresenta à mãe lhe oferecendo o falo faltante. Assim, ao interrogar o enigma do desejo do Outro, a criança encontra como resposta o falo imaginário, objeto com o qual irá se identificar. Compõe-se, dessa forma, o triângulo imaginário ou pré-edípico.



Este esquema representa o primeiro tempo de constituição de um sujeito, aquele em que a criança busca produzir resposta ao enigma do desejo sustentado pela mãe. Trata-se de ser ou não ser o falo imaginário, representação que tem como missão recobrir a falta encontrada no Outro primordial.

Se tomarmos o caso do pequeno Hans, relatado por Freud ([1909]1980), verificamos que toda essa dialética imaginária opera explicitamente na etapa anterior ao surgimento da fobia do menino. Dois dos elementos destacados na parte inicial do caso são fundamentais enquanto expressão dessa estrutura.

O primeiro elemento é o destaque dado às atitudes de sedução e de exibição de Hans, dirigidas principalmente à mãe.

O segundo é o modo como o falo está situado para o menino, que constantemente interroga e fantasia sua presença no mundo ao seu redor. Além do interesse que demonstra por seu próprio pênis, questiona sistematicamente a presença desse objeto em seu entorno. Pergunta, primeiro à mãe, depois ao pai, se também têm um “faz-pipi”². Além disso, busca observar a presença ou ausência do objeto fálico, tanto nos animais – como o leão, a vaca, o cachorro e o cavalo – quanto nos seres inanimados – como a locomotiva, a mesa e a cadeira.

Nessa etapa inicial, o falo emerge como um elemento central na organização do mundo para Hans e, fundamentalmente, em sua relação com a mãe. O recalçamento, ao que tudo indica, ainda não está operando, pois é com a maior liberdade e sem-cerimônia que Hans observa e interroga a mãe e o pai a respeito da presença ou da ausência do “faz-pipi”. No princípio, todo o jogo imaginário entre Hans e sua mãe está relacionado a ver, não ver, prestar atenção no falo e espiar onde ele está. Ao se identificar ao falo, o sujeito se propõe a recobrir a falta materna, compondo o fantasma de uma mãe fálica.

Se esse primeiro tempo de constituição do psiquismo só se tornou possível a partir da antecipação feita pelo Outro materno, o jogo de ser ou não ser o falo é igualmente necessário para o que virá a seguir. De acordo com Flesler (2008), o jogo imaginário com a mãe se prolongará até o surgimento do primeiro despertar

² Cabe sublinhar o comentário, feito por ele, de que se sua mãe tivesse um “faz-pipi”, seria grande como o de um cavalo.

pulsional e da irrupção do real a ele relacionado. Nesse momento, o que passa a se colocar em jogo para a criança é o encontro com a castração materna.

Como todo despertar, o que ocorre aqui diz respeito a um instante no qual sucede a mudança de uma cena a outra, como no momento em que abrimos os olhos após dormir. Da mesma forma, a falta materna, que se achava velada, é colocada a descoberto, e a possibilidade de recobrir a imagem do falo se desfaz como uma miragem. A ilusão de completude cai por terra.

Para Lacan (1992), o fio que possibilita à criança não se perder no labirinto composto pelo falo imaginário é que falte o falo à mãe. Ou seja, que o sujeito registre que não tem condições de preencher aquilo que falta a sua onipotente mãe e constate sua castração.

Lacan (1992) sublinha essa passagem a propósito do pequeno Hans, sublinhando o modo como a irrupção do primeiro despertar pulsional se articula à castração materna. Quando Hans passa a perceber as manifestações de seu pênis e inicia a atividade masturbatória, o pênis converte-se em algo real para ele. Dessa forma, fica evidente a falta de coincidência entre o seu insignificante “faz-pipi” e a extensão da imagem do objeto fálico, que até então buscava recobrir com todo seu corpo.

O menino constata a diferença que separa o falo imaginário e o pênis real e é confrontado com o gigantesco abismo entre cumprir com uma imagem e ter algo real, diminuto e miserável a oferecer. Fica descoberto o jogo ilusório em que estava mergulhado no laço com a mãe, já que o gozo experimentado ao manipular seu pênis não cabe na imagem que a mãe quer ver dele. O pênis real passa a ser um elemento de difícil integração no conjunto da estrutura.

Para a mãe de Hans, o lugar do filho está em ser a metonímia de seu desejo de falo. O comportamento dela – que arrasta o menino por todas as partes, do banheiro à cama – indica que ele é somente um mero apêndice indispensável, função que ele só pode cumprir a partir de todo seu corpo, e não enquanto detentor do falo. Não se trata de seu “faz-pipi”, mas dele enquanto totalidade. Por esse motivo, quando o pênis aparece como real, Hans passa a se imaginar como distinto do desejado. É expulso do campo imaginário no qual, pelo lugar que ele ocupava, a mãe podia encontrar a forma de se satisfazer. Como afirma Flesler (2008), o universo materno se fecha, pois não inclui um menino com falo, somente um menino-falo.

O sujeito será reconhecido como possuidor do falo somente se o Outro consegue acompanhar e suportar o corte e a redistribuição do gozo que reclama esse novo tempo. É nessa passagem que os pais de Hans se embaralham.

Diante desse novo cenário, surge a angústia e a necessidade de um trabalho psíquico que faça borda e coloque limite ao gozo.

Hans e seus mitos

Com a angústia produzida diante da experiência siderante, que consistiu no primeiro despertar pulsional e a concomitante descoberta da castração materna, Hans se vê desalojado do lugar subjetivo que pôde ocupar no jogo imaginário entre a mãe e o falo³.

A fobia de Hans nasce como uma estrutura provisória, que visa delimitar um novo espaço para ele⁴. Na medida em que acaba de ser rechaçado do lugar que ocupava no interior da relação imaginária com a mãe, o sintoma fóbico aparece como suplência que permite situar uma nova ordem de interior e exterior, uma série de pontos e signos de alarme que se põe a organizar o mundo a partir de então. O cavalo temido por Hans marca um limiar, e essa é sua função essencial. A partir dele, é possível situar alguma borda diante do gozo que se avizinha. A primeira versão da fobia – o medo de que um cavalo o morda – expressa o fantasma de devoração que espreita. Mantendo-se longe dos cavalos, alguma trégua é possível em relação à angústia.

A partir do surgimento do sintoma fóbico também se inicia o trabalho de análise. E do que fala Hans ao longo dela?

Durante o tratamento, observamos o menino construindo uma série de pequenas narrativas de conteúdo imaginativo a respeito dos mais variados temas. Essas histórias estão sempre incluídas nos diálogos com seu pai, que foi quem conduziu a análise sob a orientação de Freud. A respeito desses relatos, Lacan (1992) faz dois importantes assinalamentos. Em primeiro lugar, que as elucubrações de Hans estão diretamente ligadas à elaboração das teorias sexuais infantis. Em segundo, que essas construções estão sempre relacionadas à intervenção paterna e ao modo como o pai se posiciona.

Para que possamos apreender melhor as questões elaboradas por Hans, aproximemo-nos por um instante daquilo que consistem as teorias sexuais infantis. Essas teorias são construções típicas do período que estamos denominando de *infantil* e versam sobre diversos temas fundamentais, como a diferença entre os sexos, o nascimento, a concepção e o ato sexual. São

³ Além do despertar pulsional e do surgimento do pênis enquanto real, Lacan (1992) também assinala o nascimento da irmã de Hans como um evento fundamental na modificação da estrutura, que o retira da condição de representante do falo imaginário materno.

⁴ Após um curto período de angústia difusa, Hans organiza uma fobia a cavalos, a qual passa por diferentes tempos e versões: temia que o cavalo o mordesse, que o cavalo caísse, tem medo dos veículos puxados por cavalos, e assim por diante.

hipóteses formuladas pelas crianças diante do real sexual que desponta e algumas delas são bastante típicas, como a teoria que atribui a posse de um pênis aos seres humanos de ambos os sexos, a de que os bebês nascem pelo ânus, de que o coito é um ato violento, e assim por diante.

Freud ([1908]1980) afirma que as teorias sexuais infantis são principalmente o resultado da falta de recalque, característico desse momento. Lévy (2008) acrescenta que essas construções dependem também da falta de metáfora. Como a ausência de conclusão do processo de recalque é também concomitante ao não estabelecimento da metáfora paterna, a criança pequena ainda não tem condições de produzir ou dar conta de construções metafóricas. Seu trânsito pelo campo simbólico acontece ainda somente na dimensão da metonímia. É necessário que a metáfora paterna conclua sua estruturação, para que o sujeito possa alcançar maior extensão simbólica e apreender a dimensão de sentido que organiza a metáfora. De acordo com Lévy (2008), cada uma das teorias sexuais infantis comporta uma parte de verdade que metonimicamente serve para constituí-las, sem metáfora.

Para entender as teorias sexuais infantis, Lacan (1992) recorre à noção de mito, aproximando essas duas formas de construção.

Um mito, seja ele religioso ou folclórico, sempre se apresenta como um relato, uma narrativa, o qual se organiza a partir dos lugares que define. Isso significa que um mito apresenta certa estabilidade, que faz com que qualquer modificação implique outras, de acordo com a configuração de uma estrutura. Além disso, a ficção que compõe os mitos sempre tem alguma relação com a verdade, no que diz respeito aos temas da vida, da morte, da existência, do sexo e do nascimento.

Nesses aspectos, há uma aproximação e uma coincidência entre os mitos e as construções da criança presentes nas teorias por elas elaboradas. Nelas também observamos a forma de uma narrativa estável, que diz respeito a temas fundamentais para o sujeito. Assim como os mitos apontam para a introdução do instrumento significativo na cadeia das coisas naturais, as teorias infantis vão articular o simbólico ao real sexual que se coloca em cena para a criança. A relação de contiguidade dos mitos e da criação mítica infantil é indicada por todas essas semelhanças.

Voltemos, agora, a Hans e tomemos uma de suas pequenas narrativas míticas, criada por ele logo após a intervenção de seu pai, que lhe comunicou que as mulheres não tem pênis.

De noite, havia uma girafa grande no quarto, e uma outra, toda amarrotada; e a grande gritou porque eu levei a amarrotada para

longe dela. Aí, ela parou de gritar; então eu me sentei em cima da amarrotada (Freud, [1909]1980, p. 47).

A interpretação que o pai de Hans dá dessa narrativa é de que a girafa grande é ele (o pai), com seu pênis representado pelo pescoço comprido. A girafa amarrotada seria a mãe e seu órgão genital. A cena relatada seria o resultado do esclarecimento dado sobre a ausência de pênis nas mulheres.

O pai acrescenta ainda que tudo isso também seria a reprodução de uma cena que se desenrola diariamente. Hans sempre entra no quarto dos pais pela manhã e sua mãe leva-o para a cama com ela (Hans senta na girafa amarrotada), apesar dos protestos do pai (a girafa grande que grita). Tratar-se-ia, para a criança, de tomar posse da mãe, com a conseqüente cólera do pai. Porém, como comenta Lacan (1992), essa cólera nunca se produz no real. O pai de Hans pouco intervém no sentido de situar alguma interdição em sua relação com a mãe. Quando esboça alguma tentativa, parece não ser escutado de forma alguma. Nesse caso, encontramos um pai pouco disposto a assumir seu posto e sua função. Esse é um elemento central para o surgimento do sintoma fóbico, o qual organiza uma suplência diante da inconsistência da função paterna.

Lacan (1992) propõe uma interpretação diferente para a cena das girafas. Segundo ele, há duas girafas, uma grande e outra pequena, mas ambas são girafas. Aqui, há uma analogia com a criança capturada no desejo fálico da mãe como metonímia. Ao se ofertar como falo para a mãe, a criança cria a mãe fálica como um duplo. É isso que está representado na cena das girafas. A girafa duplicada seria o duplo metonímico da mãe detentora do falo. Mais do que uma triangulação em que o pai estaria incluído, a cena reporta ao triângulo da primeira relação imaginária entre a mãe, a criança e o falo.

O que há de muito interessante nesse ponto é a indicação de que a girafa pequena era “amarrotada”. Lacan (1992) sublinha o aspecto simbólico dessa representação, que é essencial para entendermos sua função. Mesmo que a cena reporte à triangulação imaginária pré-edípica, aqui há uma passagem fundamental da imagem ao símbolo. A girafa pequena, que é só um desenho sobre uma folha de papel que se pode amarrotar, é algo de dimensão fundamentalmente simbólica. É verdade que a girafa pequena é um duplo materno, porém ele está reduzido a um suporte puramente significante – algo que se pode amassar, amarrotar, tomar e sentar em cima. A imagem duplicada da mãe passa por uma transformação, ao ser representada como uma bola de papel, cujo estatuto é inteiramente simbólico.

A partir disso, o fantasma das duas girafas pode ser pensado como elemento viabilizador da passagem do imaginário ao simbólico. E é esse o

caminho que Hans vai tramando com o suporte desse e de todos os outros inúmeros mitos que vai forjando no percurso de sua análise.

Se, no momento do encontro com a castração materna e diante da pouca consistência do lugar do pai, Hans fica paralisado com a angústia produzida pelo despertar sexual, encontramos agora em um tempo em que é possível começar a dar conta simbolicamente de todas essas questões. De acordo com Pedó (2011), Hans passa a poder interpretar a avalanche pulsional de uma sexualidade desconhecida, cujas exigências se via à mercê, na medida em que cria teorias viáveis, que o orientem no mundo com referências relativas à sua origem, a uma identidade sexual e a um esboço de escolha objetal. Com isso, torna-se possível construir sua neurose.

Fica evidente como o percurso de análise de Hans não configura um trabalho de levantamento do recalque, mas de sua introdução e viabilidade.

A cena das girafas é uma das pequenas narrativas míticas forjadas por Hans. Ao longo do relato de sua análise, encontraremos inúmeras outras, que vão compondo uma série cada vez mais extensa. Todos os elementos dessa criação mítica têm um valor significante. Ou seja, nenhum deles tem uma significação unívoca e, a cada tempo da análise, vão adquirindo sentido diferente do original, a partir da nova posição que encontram na estrutura. Isso quer dizer que cada elemento só pode ser concebido a partir de sua relação com os outros significantes. Assim, um significante central nesse caso, como o cavalo, está primeiramente associado à mãe, depois ao pai, mas também a Hans, ao falo, e assim por diante.

O encaminhamento do imaginário em direção ao simbólico permite que se construa uma organização mítica verdadeira, transposição simbólica necessária a todo trânsito edípico. Ao longo de toda a observação, vemos como a produção mítica de Hans reage e se modifica diante das intervenções de seu pai.

Apesar de Lacan (1992) afirmar que a cura de Hans desembocou em uma conclusão atípica, a mesma só foi possível devido à manifestação do pai real, que tão pouco havia intervindo até então. Por outra parte, esse só pode aparecer porque por trás estava o pai simbólico, sustentado pela posição de Freud. Dessa forma, tudo aquilo que tendia a cristalizar-se de modo prematuro se relança para reorganizar o mundo simbólico.

Cabe aqui sublinhar o quanto a intervenção de uma análise no período infantil necessariamente implica a presença dos pais ou daqueles que encarnam as funções parentais para a criança. Porge (1998) afirma que a neurose de transferência da criança se manifesta quando aquele que está encarregado de transmitir a mensagem familiar não sustenta a suposição de saber fazê-lo. Quando

não consegue decifrar as interrogações que a criança lhe endereça. O analista é chamado a preencher essa função, o que viabiliza reestabelecer o lugar que a criança propõe ao Outro. A transferência dirigida pela criança ao analista é uma transferência indireta, que visa sustentar a transferência na pessoa que, no início, se revelou inapta a suportá-la. O analista vai permitir que a neurose de transferência da criança se desdobre e que seja tolerada por aqueles a quem está destinada. Foi o que aconteceu com Hans e seu pai, em sua transferência com Freud. O que a criança demanda é que a deixem fazer sua neurose. O analista tem como função poder reendereçar a mensagem da criança em direção aos pais.

Na intervenção clínica no tempo do infantil, trata-se de abrir espaço para que a constituição da neurose, que por algum motivo está obstaculizada, possa seguir seu curso.

Para concluir

Na primavera de 1922, Freud recebeu a visita de um jovem de dezenove anos que se apresentou a ele como o “pequeno Hans”, cujo tratamento consistira no primeiro relato de uma análise com uma criança, publicado mais de dez anos antes. Passado todo esse tempo, o rapaz afirmou que, ao ler o texto de sua análise, esta lhe parecera totalmente desconhecida. Ele não conseguia se reconhecer naquela narrativa, que se estendia dos três aos cinco anos de sua vida e dizia não se lembrar de mais nada a respeito daqueles eventos.

Ao mencionar esse episódio, Freud ([1909]1980) compara a amnésia de Hans, em relação a seu tratamento, a um fenômeno comum referente à interpretação dos sonhos. O esquecimento que acometera o jovem assemelha-se àquilo que experimentamos quando acordamos com um sonho na cabeça e decidimos analisá-lo imediatamente, voltando a dormir a seguir. Quando voltamos a acordar, tanto o sonho quanto sua análise terão igualmente sido esquecidos.

Lacan (1992) toma essa comparação feita por Freud para assinalar uma diferença entre a análise de um paciente adulto e aquela experimentada por Hans. Segundo ele:

[...] aquilo de que se trata na observação de Hans, como nós podemos tocar com os dedos, é algo de forma alguma comparável a esta integração ou reintegração pelo sujeito de sua história que seria a do levantamento eficaz de uma amnésia com a conservação dos elementos conquistados. Trata-se aí de uma atividade muito especial, esta atividade no limite do imaginário e do simbólico,

que é exatamente da mesma ordem do que se passa nos sonhos (p. 156).

Se a análise de Hans não consiste na reintegração de sua história a partir da suspensão de uma amnésia, o que está em jogo não é da ordem do levantamento do recalque. O trabalho com o menino, no limite do imaginário e do simbólico, consiste muito mais na elaboração da passagem de um registro a outro, que é o próprio movimento do trabalho de recalque, ainda inacabado.

O tratamento de Hans teve como efeito possibilitar que a operação de recalque fosse possível, viabilizando que a constituição da estrutura neurótica do sujeito seguisse seu curso. Como afirma Lacan (1992), a análise de Hans é privilegiada, pois permite observar a transição do jogo imaginário com a mãe ao redor do falo ao jogo da castração com o pai; passagem que acontece a partir de uma série de mitos forjados pelo próprio menino.

A partir disso, podemos concluir que a fobia de Hans não consiste em um retorno do recalque propriamente dito. Trata-se da suplência dos pontos de impasse que Hans encontrava no caminho de estruturação de sua neurose. O que joga em uma análise no tempo infantil é a construção da própria neurose do sujeito.

REFERÊNCIAS

- BERNARDINO, Leda. *As psicoses não-decididas da infância: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- FLESLER, Alba. *El niño em análisis y el lugar de los padres*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais das crianças [1908]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980.
- FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos [1909]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980.
- LACAN. *A relação de objeto e as estruturas freudianas*. Porto Alegre: APPOA, 1992 (Publicação para circulação interna).
- LÉVY, Robert. *O infantil na psicanálise*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- PEDÓ, Marta. Sobre o infantil na psicanálise. *Correio da APPOA*, Porto Alegre, n. 201, p. 07-14, maio. 2011.
- PORGE, Erik. A transferência para os bastidores. In: _____. *A criança e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

Recebido em 12/03/2012

Aceito em 21/04/2012

Revisado por Gláucia Escalier Braga

